

**INSTITUTO VALE DO CRICARÉ
FACULDADE VALE DO CRICARÉ
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**LUELY MOURA SANTOS
MICHELLE LIRIO SIQUEIRA**

**CONTABILIDADE GERENCIAL: UM ESTUDO DE CASO EM
EMPRESAS DO RAMO DE VESTUÁRIO NO MUNICÍPIO DE SÃO
MATEUS**

**SÃO MATEUS
2020**

**LUELY MOURA SANTOS
MICHELLE LIRIO SIQUEIRA**

**CONTABILIDADE GERENCIAL: UM ESTUDO DE CASO EM
EMPRESAS DO RAMO DE VESTUÁRIO NO MUNICÍPIO DE SÃO
MATEUS**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Contábeis da Faculdade Vale do
Cricaré, como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Contábeis.**

Orientador: Prof. Me. Israel Petronetto

**SÃO MATEUS
2020**

LUELY MOURA SANTOS
MICHELLE LIRIO SIQUEIRA

**A RELEVÂNCIA DA CONTABILIDADE GERENCIAL: UM ESTUDO DE
CASO EM EMPRESA DO RAMO DE VESTUÁRIOS NO
MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em ____ do mês de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

PROF. Me. ISRAEL PETRONETTO
FACULDADE VALE DO CRICARÉ
ORIENTADOR

PROF.
FACULDADE VALE DO CRICARÉ

PROF.
FACULDADE VALE DO CRICARÉ

Dedicamos essa conquista a Deus, razão maior de tudo o que somos e de nossos objetivos. Aos nossos familiares, que direta ou indiretamente acreditaram, nos apoiaram e não mediram esforços para que concluíssemos mais esta etapa de nossas vidas.

Agradecemos a Deus, que nos oportunizou chegar à conclusão do curso de Ciências Contábeis, sonho e grande vitória em nossas vidas.

À nossa família, base que nos impulsiona a elaborar e alcançar objetivos e metas em nossa vida.

Aos professores da Faculdade Vale do Cricaré, profissionais de competência e bastante eficácia no que desenvolvem; exemplos de que “professor” é muito mais do que ensinar, é indicar os caminhos do conhecimento e da prática acadêmica e profissional.

Ao professor Israel, que nos mostrou as possibilidades e nos orientou de forma brilhante, na construção da pesquisa. Palavras são insuficientes para declarar nosso sentimento de gratidão.

Esforcem-se para ter uma vida tranquila, cuidar dos seus próprios negócios e trabalhar com as próprias mãos, como nós os instruímos; a fim de que andem decentemente aos olhos dos que são de fora e não dependam de ninguém.

1 Tessalonicenses

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso discorre sobre a relevância da aplicabilidade da contabilidade gerencial para as micro e pequenas empresas de São Mateus-ES. O problema detectado foi o fato de que as empresas podem encerrar suas atividades se não planejar sua gestão financeira, pois com as constantes mudanças e aumentos na competitividade entre essas empresas, torna-se cada vez mais necessário uma política especializada em gestão. Dessa maneira, a justificativa do tema se mostra por compreender que se faz importante que o micro e pequeno empresário tenham conhecimento de que a utilização da contabilidade gerencial passa a ser um recurso de apoio na gestão dos negócios. O objetivo que se apresenta no estudo é demonstrar a necessidade de se ter acesso às informações úteis que possibilitem aos gestores administrar seu negócio de maneira eficaz. Conclui-se que a micro e pequena empresa pode se tornar mais competitivas, pois o uso de todas as ferramentas disponíveis que possibilitem gerar informações úteis para a gestão dos negócios será crucial para a sua permanência no mercado.

Palavras-chave: Contabilidade Gerencial. Competitividade. Política especializada. Permanência no mercado.

ABSTRACT

This course conclusion paper discusses the relevance of the applicability of management accounting for micro and small companies in São Mateus-ES. The problem detected was the fact that companies can end their activities if they do not plan their financial management, because with the constant changes and increases in competitiveness between these companies, a specialized management policy becomes increasingly necessary. Thus, the justification of the theme is shown by understanding that it is important that micro and small entrepreneurs are aware that the use of management accounting becomes a support resource in business management. The objective presented in the study is to demonstrate the need to have access to useful information that allows managers to manage their business effectively. It is concluded that micro and small companies can become more competitive, since the use of all available tools that make it possible to generate useful information for business management will be crucial for their permanence in the market.

Keywords: Management Accounting. Competitiveness. Specialized policy. Permanence in the market.

LISTA DE SIGLAS

AC	Ativo Circulante.
AT	Ativo Total.
TRPL	Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido.
CGL	Capital de Giro Líquido.
CSLL	Contribuição Social sobre Lucro Líquido.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
DFC	Demonstração de Fluxo de Caixa.
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício.
ELP	Exigível a Longo Prazo.
EPP	Empresa de Pequeno Porte.
IR	Imposto de Renda.
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica.
LC	Liquidez Corrente.
LG	Liquidez Geral.
LI	Liquidez Imediata.
LS	Liquidez Seca.
ME	Micro Empresa.
MPES	Micro e Pequenas Empresas.
PC	Passivo Circulante.
PIB	Produto Interno Bruto.
PL	Patrimônio Líquido.
ML	Margem Líquida.
GA	Giro do Ativo.
PMEs	Pequenas e Médias Empresas.
QID	Qualidade da Dívida.
QTD	Quantidade da Dívida.
RLP	Realizável em Longo Prazo.
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
SIG	Sistema de Informação Gerencial.
SIMPLES	Sistema Simplificado de Recolhimento de Impostos Federais.
TRI	Taxa de Retorno sobre os Investimentos.
LL	Lucro Líquido.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Função ocupada pelo participante.....	42
Figura 2 – Porte da Empresa.....	43
Figura 3 – Tempo em que a empresa atua nessa área.....	43
Figura 4 – Quantos funcionários têm na empresa.....	44
Figura 5 – Faturamento bruto anual da empresa.....	45
Figura 6 – Contabilidade da empresa é executada.....	46
Figura 7 – Regime de tributação.....	46
Figura 8 – A área em que a empresa se preocupa mais.....	47
Figura 9 – Tem conhecimento da Contabilidade Gerencial.....	47
Figura 10 – A empresa utiliza a Contabilidade Gerencial.....	48
Figura 11 – Controle gerencial que a empresa utiliza.....	49
Figura 12 - Ferramentas gerenciais utilizadas pela empresa.....	49
Figura 13 – A empresa faz acompanhamento do fluxo de caixa para o controle.....	50
Figura 14 – Conhecimento das demonstrações contábeis.....	51
Figura 15 – Recebe Relatórios Gerenciais do contador.....	52
Figura 16 – Conhecimentos sobre análise do capital de giro.....	52
Figura 17 – O contador fornece orientação de gestão gerencial.....	53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. CONTABILIDADE GERENCIAL	13
1.1. CONTABILIDADE FINANCEIRA	14
1.2. CONTABILIDADE GERENCIAL X CONTABILIDADE FINANCEIRA	16
1.3. PLANEJAMENTO E CONTROLE FINANCEIRO	17
2. CAPITAL DE GIRO	21
2.1. FLUXO DE CAIXA	24
2.2. ORÇAMENTO DE CAIXA	25
2.3. CICLO OPERACIONAL E RELATÓRIO GERENCIAL	27
3. MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	30
3.1. TRIBUTAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	31
3.2. AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS VOLTADAS PARA A CONTABILIDADE GERENCIAL	33
3.3. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA SIMPLIFICADO	36
3.4. BALANÇO PATRIMONIAL SIMPLIFICADO	37
3.5. ÍNDICES FINANCEIRO-ECONÔMICOS	38
4. PERCURSO METODOLÓGICO	40
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	42
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
APÊNDICE I: QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	59

INTRODUÇÃO

Diante das constantes mudanças e aumento na competitividade entre as empresas, torna-se cada vez mais importante adotar técnicas de gestão especializadas. Na realidade muitas das micro e pequenas empresas tendem a não estar estruturadas para enfrentar tal desafio. Além disso, as dificuldades são aumentadas, na medida em que o fluxo de informações necessárias para uma boa gestão empresarial fica maior e mais complexo.

Percebe-se, nesse contexto, o planejamento como um dos principais pontos de partida para o desenvolvimento das funções gerenciais, sendo um importante processo de reflexão que precede a ação de tomada de decisão. A habilidade do gestor em utilizar a contabilidade gerencial como recurso de gestão e suporte ao planejamento, contribui fortemente para que a empresa obtenha êxito.

As micro e as pequenas empresas se mostram como negócios que, em sua maioria, impulsionam a economia do país, pois além da contribuição em impostos e capital, geram empregos e riquezas relevantes para o seu desenvolvimento. Porém, ainda em seu primeiro ano de existência, muitas dessas empresas acabam deixando de existir, pois a falta de conhecimento no gerenciamento culmina em falhas que as prejudicam de forma irreparável.

Nesse sentido, a organização empresarial não pode se valer apenas de conhecimentos leigos e experiências sem fundamentos. Ao contrário, ela necessita de planejamento e atuação em gerenciamento com base na aplicação da contabilidade gerencial.

As micro e pequenas empresas, para o Brasil, têm uma importância significativa na nossa malha empresarial, e com a instabilidade econômica e a concorrência cada vez mais acirrada, os empresários tem sentido as fortes pressões do dia a dia, culminando em exigências, de um número maior de informações oriundas da contabilidade gerencial e a contabilidade financeira. Baseado nesta premissa, o processo de tomada de decisão na empresa deve ser bem avaliado e embasado em informações realmente úteis, para que a mesma se mantenha no mercado.

Entretanto, percebe-se que os pequenos negócios, na maioria das vezes não investem em tecnologias de informação que proporcionem um sistema com ampla, eficaz e confiável visão, que colaborem para que a empresa se mantenha no mercado. Com a precariedade, ou falta de critérios específicos na obtenção das informações,

os gestores acabam tendo resultados indesejados, fazendo com que muitos venham a desistir do seu próprio negócio. Assim sendo, é necessário que a empresa tenha um ponto de partida, com foco em um planejamento operacional e organizacional, que permita desenvolver controles gerenciais com vistas a manter a empresa em operação, e principalmente, de forma lucrativa.

Através desses controles gerenciais, o gestor pode identificar os pontos fortes e fracos do seu negócio, possibilitando oportunidades que não eram bem claras ou ainda identificaram deficiências que precisam de correção em qualquer tipo.

A inércia, ou ausência de um planejamento gerencial bem delineado, afeta diretamente a competitividade e até mesmo a sobrevivência das micro e pequenas empresas. Diante desse fato apresenta-se a questão que se busca responder: como as micro e pequenas empresas de São Mateus fazem uso da contabilidade gerencial para a tomada de decisão?

No caso em tela, o objetivo geral deste trabalho é demonstrar a relevância da contabilidade gerencial para as micro e pequenas empresas, no sentido de buscar soluções viáveis, tendo como foco garantir informações para a sobrevivência da empresa. Como objetivos específicos colocam-se: descrever a contabilidade gerencial e sua aplicabilidade; demonstrar as principais ferramentas utilizadas na contabilidade gerencial; investigar o nível de conhecimento dos empresários acerca da utilização das ferramentas da contabilidade gerencial em microempresa do ramo de vestuário de São Mateus/ES.

Dessa forma, o trabalho se organizou em dois momentos: uma pesquisa bibliográfica, acrescida de pesquisa de campo, descritiva, e um estudo de caso, ambas desenvolvidas e apresentadas em quatro capítulos.

O capítulo inicial apresenta a contabilidade gerencial e suas especificidades, como a conceituação da contabilidade financeira, desta em comparação com a contabilidade gerencial e do planejamento financeiro em contraposição ao controle financeiro.

Em seguida, o segundo capítulo traz a organização da contabilidade gerencial nas empresas e destaca sua relevância no mercado empresarial, ante a competitividade existente. Dessa forma descreve, o capital de giro como recurso positivo e negativo, o orçamento de caixa; bem como a conceituação do ciclo operacional e do relatório gerencial.

O terceiro capítulo discorre sobre os índices financeiros, econômicos e de rentabilidade e apresenta conceitos que se mostram passíveis de implementação nas empresas, independentemente de seu porte.

O quarto capítulo engloba as micro e pequenas empresa e sua tributação; discorre sobre os tipos de tributação mais comuns no Brasil; bem como descreve a importância de alguns controles, como a demonstrações do fluxo de caixa simplificado, balanços patrimoniais, índices de liquidez.

O quinto capítulo traz a pesquisa de campo a partir da análise dos dados coletados em microempresa de vestuário de São Mateus-ES.

Finalmente, temos a conclusão, indicando os resultados alcançados, a partir da pesquisa realizada.

1. CONTABILIDADE GERENCIAL

Alguns estudiosos definem a contabilidade como sendo uma ciência, e asseguram que ela visa indicar informações seguras, e que se pode considerá-la como um recurso eficaz nas ações organizacionais.

Segundo Silva et al (2002, p. 59) “[...]uma empresa sem contabilidade é uma empresa sem memória, sem identidade e sem mínimas condições de sobreviver ou de planejar seu crescimento.”.

De acordo com Altinson (2008 p. 36), “[...]a contabilidade gerencial pode ser referendada a um contexto de identificação, mensuração, reclamação e análise das informações sobre os eventos econômicos da organização.”.

Nesse sentido, Ludícibus (1998, p. 21) a caracteriza superficialmente como:

[...] um enfoque especial conferido as várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na Contabilidade Financeira, na Contabilidade de Custos, na Análise Financeira de Balanços etc. Colocador numa perspectiva diferente num grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciado, de maneira auxiliar as gerentes das entidades em seu processo decisório [...].

Segundo Garrison (2007, p. 21), “[...] a contabilidade gerencial se preocupa mais com o futuro, dá menos enfoque à precisão, enfatiza segmentos de uma organização, em lugar da organização como um todo, e não é governada por princípios contábeis aceitos, além de não ser obrigatória.”.

Para tanto, é necessário conhecer a abrangência da contabilidade gerencial e suas principais ferramentas, a partir de um contexto empresarial, o qual fornece informações úteis e práticas para a tomada de decisão, bem como entender o posicionamento gerencial/administrativo de quem a utiliza. Este conhecimento auxilia no entendimento dos usuários sobre as teorias e condutas, que subsidiam a melhoria dos processos estratégicos e de planejamento visando suas necessidades de execução.

A contabilidade gerencial pode, e deve ser aplicada em todos os âmbitos da empresa, e tem como meta auxiliar na tomada de decisões, fornecendo informações que, de forma eficiente, analisem situações geradas no ambiente interno, buscando, com ações preventivas e corretivas, atingir a meta traçada, sendo fundamental pra o gestor no processo de tomada de decisões.

Segundo Jiambalvo (2002, p. 2):

A meta da contabilidade gerencial é fornecer as informações de que eles precisam para o planejamento, o controle e a tomada de decisão. Se o seu objetivo é ser um gerente eficaz, é imprescindível um entendimento profundo de contabilidade gerencial. Este autor ressalta que o planejamento é uma atividade fundamental para todas as empresas. Um plano comunica as metas da empresa aos empregados e especifica os recursos necessários para atingi-las. O controle das organizações é alcançado pela avaliação do desempenho dos gerentes e das operações pelas quais eles são responsáveis. A distinção entre avaliar gerentes e avaliar as operações que eles controlam é importante. Os gerentes são avaliados para determinar como seu desempenho deve ser recompensado ou punido motivando-os a ter desempenhos de alto nível.

A contabilidade gerencial pode ser um eficaz recurso que tem a missão de subsidiar o gestor com suas informações confiáveis, contribuindo para que as empresas alcancem seus objetivos.

1.1. CONTABILIDADE FINANCEIRA

A contabilidade pode ser definida, praticamente, pelos gestores financeiros de uma dada empresa, no intuito de gerar informações econômicas em prol de usuários externos como sócios ou acionistas, credores, entidades reguladoras e autoridades governamentais tributárias. A esse respeito, ratifica-se em Frezati, Aguiar e Guerreiro (2007, p. 10) que “[...] na Contabilidade para usuários externos, também denominada de Contabilidade Financeira, existem vários usuários, tais como os acionistas controladores, os gestores de fundos, os órgãos que representam o governo, os

credores etc.”.

Os autores continuam sua conceituação sobre esta contabilidade destacando que, de maneira geral, seu objetivo se confunde com o das informações contábeis que, para fins de publicação externa, necessitam seguir às diretrizes e normativas de Contabilidade Financeira (FREZATI, AGUIAR, GUERREIRO, 2007, p. 11).

Portanto, ela está essencialmente ligada aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, que conforme o Artigo 3º da Resolução CFC Nº. 750/93 são:

Art. 3º São Princípios de Contabilidade: (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)
 I. o da ENTIDADE;
 II. o da CONTINUIDADE;
 III. o da OPORTUNIDADE;
 IV. o do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL;
 V. o da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA; (Revogado pela Resolução CFC nº 1.282/10);
 VI. o da COMPETÊNCIA; e
 VII. o da PRUDÊNCIA.

Segundo Crepaldi (1998, p. 21), “[...] é preciso conhecer contabilidade e finanças de maneira a entender os relatórios financeiros, preparado por outros segmentos da Organização.”.

A contabilidade financeira, segundo os principais órgãos reguladores, em nível mundial, como por exemplo, a International Accounting Standard Board (IASB); Financial Accounting Standard Board (FASB); e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é que define os objetivos dos processos de custos e benefícios da empresa.

QUADRO 1 – Objetivos da contabilidade financeira

Fontes	Definição dos objetivos sobre Contabilidade Financeira
CVM (1986)	Permitir, a cada grupo principal de usuários, a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras. Para a consecução desse objetivo, é preciso que a empresa dê em ênfase à evidenciação de todas as informações que permitam não só a avaliação da sua situação patrimonial e das mutações desse patrimônio, mas, além disso, que possibilitem a realização de inferências sobre o seu futuro.
IASB (1989)	O objetivo das demonstrações contábeis é dar informações sobre a posição financeira, os resultados e as mudanças na posição financeira de uma empresa que sejam úteis a um grande número de usuários em suas tomadas de decisão.
FASB (1980)	A divulgação financeira deve fornecer informações que sejam úteis para investidores e credores atuais e em potencial, bem como para outros usuários que visem à tomada racional de decisões de investimento, crédito e outras semelhantes.

Fonte: CVM (1986); FASB (1980); IASB (1989).

O quadro mostra que a contabilidade financeira avalia e fornece informações pertinentes às condições de credores, investimentos, créditos, débitos, aplicações, patrimônio e realizações de inferências futuras da empresa.

1.2. CONTABILIDADE GERENCIAL X CONTABILIDADE FINANCEIRA

Para alguns autores, a contabilidade financeira é uma agregação da contabilidade, já para outros, essas duas contabilidades, denotam a mesma coisa. Portanto de forma resumida os métodos da contabilidade gerencial e da contabilidade financeira, foram desenvolvidos para diferentes propósitos e para diferentes usuários. A contabilidade gerencial e financeira trata de reportar a alocação de recursos escassos. A contabilidade financeira é a principal fonte de informações sobre a alocação de recursos e a contabilidade gerencial proporciona informações que auxiliam os administradores a contratarem as aplicações e atividades internas (SOUZA, 2008, p. 19).

Dessa forma, a contabilidade gerencial pode ser referendada como o processo de identificação de informação financeira, com relevância para que os administradores possam planejar, avaliar, interpretar e controlar as informações, no sentido de traçar metas para as tomadas de decisão e auxílio nas provisões sobre o seu futuro. Para Santiago (2006, p. 24), “[...] conhecer a realidade, agir de acordo com esse conhecimento e interpretar o ambiente podem ser as ferramentas que determinarão o sucesso da empresa.”.

Padoveze (1997, p. 24) apresenta sua ideia a respeito dos fatores que regem cada uma das contabilidades (financeira e gerencial) e traz a comparação entre elas da seguinte forma:

Quadro 2: Diferenças entre a contabilidade gerencial e a contabilidade financeira:

Fator	Contabilidade Financeira	Contabilidade Gerencial
Usuários dos relatórios	Externos e Internos	Internos
Objetivo dos relatórios	Facilitar a análise financeira para as necessidades dos usuários externos	Objetivo especial de facilitar o planejamento, controle, avaliação de desempenho e tomada de decisão internamente.
Forma dos relatórios	Balanço patrimonial, Demonstração dos Resultados, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e Demonstração	Orçamentos, contabilidade por responsabilidade, relatórios de desempenho, relatórios de custo, relatórios especiais não rotineiros

	das multações do patrimônio líquido.	para facilitar a tomada de decisão.
Frequencia dos Relatórios	Anual, trimestral e ocasionalmente mensal.	Quando necessário pela administração
Custos utilizados ou valores	Primeiramente históricos (Passados)	Históricos e esperados (previstos)
Bases de mensuração usadas para quantificar os dados	Moeda corrente	Várias bases (moeda corrente, moeda estrangeira – moeda forte, medidas físicas, índices, etc.)
Restrições nas informações fornecidas	Princípios contábeis gerencialmente aceitos	Nenhuma restrição, exceto as determinadas pela administração.
Arcabouço teórico	Ciência contábil	Utilização pesada de outras disciplinas, como economia, finanças, estatísticas, pesquisa operacional e comportamento organizacional.
Características da informação fornecida	Deve ser objetiva (sem vícios), verificável, relevante e a tempo	Deve ser relevante e a tempo, podendo ser subjetiva, possuindo menos verificabilidade, menos precisão.
Perspectiva dos relatórios	Orientação histórica	Orientada para o futuro para facilitar o planejamento, controle e avaliação de desempenho antes do fato (para impor metas), acoplada com uma orientação histórica para avaliar os resultados reais (para o controle posterior do fato).

Fonte: Padoveze, 1997, p. 24.

Importa destacar, a partir das informações do quadro 2, que ambas as contabilidades são essenciais para a vida das empresas, e que devem ser valorizadas e implementadas na rotina empresarial, de forma a se mostrarem eficientes em sua existência e permanência no mercado em que estão inseridas.

1.3. PLANEJAMENTO E CONTROLE FINANCEIRO

No mundo globalizado, onde não se adquire um sistema de informações gerenciais ágil e que produza informações confiáveis, conseqüentemente uma

empresa perde competitividade. Dessa forma, é essencial que se faça o planejamento financeiro, independentemente do tipo de empresa e do ramo em que atue. Assim, tanto a micro quanto as pequenas empresas apresentam um quadro difícil, principalmente por possuírem baixo conhecimento de técnicas administrativas, associado aos problemas de escassez de recursos a serem aplicados em seus negócios (PRATES, OSPINA, 2004).

Entende-se, nesse sentido, que o planejamento consista em estabelecer com antecedência as ações a serem executadas dentro de cenários e condições preestabelecidos, estimando os recursos a serem utilizados e atribuindo as responsabilidades, para atingir os objetivos fixados.

Os objetivos fixados poderão ser atingidos somente com um sistema de planejamento adequadamente estruturado. De acordo com Hoji (2008, p. 39) “Administrar sem guia é como andar no escuro, sem nenhum tipo de apoio”. O planejamento orçamentário visa o conhecimento antecipado de resultados e serve de guia para ações a serem executadas pelas unidades da empresa, definido as responsabilidades pela gestão dos recursos e geração dos resultados de determinado período futuro.

Além de ser um recurso de planejamento é também, um importante instrumento de controle. Mesmo que seja muito bem elaborado, um orçamento não terá utilidade se não for possível exercer adequado controle em relação aos resultados projetados. Segundo Welsch (1993, p. 21), “[...] o planejamento e o controle de resultados podem ser conceituados, em termos amplos, como uma ênfase sistemática e formal à execução das responsabilidades de planejamento, coordenação e controle da administração.”.

Ainda segundo o mesmo autor, especificamente, estes envolvem a preparação e utilização de:

- (1) Objetivos globais e de longo prazo da empresa;
- (2) um plano de resultados em longo prazo, desenvolvido em termos gerais;
- (3) um plano de resultados em curto prazo detalhado de acordo com diferentes níveis relevantes de responsabilidade (divisões, produtos, projetos etc.), e
- (4) um sistema de relatórios periódicos de desempenho, mais uma vez para os vários níveis de responsabilidade. (WELSCH, 1993, p. 21)

O sistema orçamentário deve possibilitar o controle das atividades projetadas, por meio do sistema contábil, pois o planejamento é elaborado com base em conceitos contábeis.

De acordo com Santos (2004), uma empresa precisa organizar a extensão do contexto de planejamento mais adequado para suas atividades. Geralmente, as instituições projetam o planejamento de suas ações em curto e em longo prazo, dependendo de quais ações irá desempenhar. Por exemplo, se for algo mais simples de se efetivar, o prazo será menor; se for algo mais complexo, o período de execução será mais extenso.

Gouvea e Carvalho (2017, p. 22) assim explicam esta dinâmica:

O planejamento em curto prazo é, geralmente, de um ano ou um semestre, e coincide com o exercício social da empresa. É apresentado em períodos mensais os primeiros três ou seis meses e em períodos trimestrais o restante dos meses.

O em longo prazo é feito por um prazo de até 10 anos por algumas empresas. Esses prazos são adotados por número reduzido de empresas, devido ao alto grau de incerteza quanto às condições políticas e econômicas em longo prazo.

Portanto, pode-se argumentar que as decisões financeiras são o cerne da atividade empresarial é certamente a área sobre a qual se precisa ter conhecimentos sólidos, e o instrumento indicado para essa solidificação é sem dúvida a contabilidade gerencial, pois esta gera um sistema de informações destinado a registrar, classificar e relatar dados financeiros. Ela fornece os dados e abre campo para uma área que interprete e utilize esses dados no gerenciamento da empresa que é a controladoria financeira.

A controladoria financeira, como parte específica da empresa, e internamente financiando as demais áreas de responsabilidade da organização, as quais respondem pelos impactos financeiros de suas decisões.

A administração financeira é ampla e dinâmica, pois pode afetar o cotidiano das pessoas ou das organizações, financeiras ou não financeiras, micro ou pequenas. Sendo assim, esse tipo de administração é um processo constante e de extrema relevância para o mundo dos negócios, pois qualquer decisão, a qualquer momento, requer conhecimento sobre finanças.

Ela, ainda, representa quanto o administrador financeiro possui de responsabilidade numa organização, onde as principais atividades desempenhadas pelo mesmo podem ser bem diferenciadas tais como: administração de caixa, administração de crédito, análise de investimento, captação de fundos, planejamento e orçamento.

O planejamento financeiro é um processo contínuo, a ser avaliado ao passo em que a organização se desenvolve, sendo que a cada crescimento organizacional, se identifiquem novas necessidades e oportunidades de desenvolvimento, tanto na forma de agir como na forma de enfrentar os obstáculos financeiros existentes.

Para Zdanowicz (2001, p. 13),

[...] o planejamento financeiro nas organizações ocorre pela necessidade da organização crescer, de forma ordenada e tendo em vista a implantação e a adequação de padrões, princípios, métodos, técnicas, procedimentos racionais e práticas competitivas no tempo.

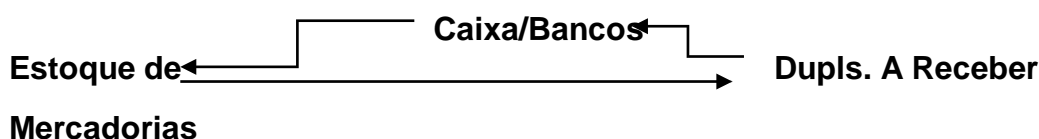
Já o planejamento econômico trabalha com aspectos ligados ao recursos qualitativos dos investimentos, partindo da rentabilidade (atratividade), desejada pela organização. O planejamento econômico visa fundamentalmente o lucro sobre o investimento, vislumbrado com a rotatividade de produção. No planejamento econômico, se analisa a qualidade do empreendimento, podendo ser medida pela taxa de retorno que se obterá pelo investimento, ou se tomará à decisão de se manter o empreendimento até determinado período ou de fechar por não atingir o retorno econômico esperado.

2. CAPITAL DE GIRO

O termo “Capital de giro” é utilizado para designar os valores investidos no ativo circulante. Os valores investidos no realizável em longo prazo não devem ser considerados como capital de giro, em observância à sua demorada realização em dinheiro, sob uma óptica puramente financeira (FERRONATO, 2009). Porém, em termos de contabilidade e para esse estudo específico, trataremos o Realizável em Longo Prazo também como Capital de giro.

Ainda de acordo com Ferronato (2009), “[...] o vocábulo “giro” advém de movimentação; transpondo para a contabilidade, esta se configura como em torno das negociações da empresa, o que gera os lucros.”.

O esquema a seguir, baseado em Ferronato (2009), descreve o que o capital de giro representa. Na verdade, é um lucro que o empresário adquire, em suas transações, e que dá margem a que possa investir em seus negócios. Entende-se que a empresa que alcança este capital, trabalha com margem de produtos a oferecer, pois tem capital para investir nesse sentido.



Esse processo de tomar o dinheiro em caixa ou em bancos (das disponibilidades), adquirir estoques de produtos, revender a prazo (ou a vista), emitir duplicatas e posteriormente receber, retornando o dinheiro em caixa, acrescido provavelmente dos lucros, é denominado o giro da empresa, os valores aplicados nesses ativos são denominados Capital “de” giro ou “em” giro.

Normalmente, as micro e pequenas empresas ao comprarem suas mercadorias para estoque e posterior revenda, tem o hábito de comprar a prazo. Isso implica a criação da conta Duplicatas a Pagar, para registrar as dívidas de compras a Prazo dos fornecedores. Assim, pode-se incorporar mais um elemento no giro da empresa, só que agora, de caráter negativo, já que as dívidas são de natureza contrária aos ativos aplicados em giro. Dessa forma, pode-se dizer que existe o capital de giro positivo, que corresponde aos valores aplicados no ativo, e o capital de giro negativo, que são as dívidas contraídas para financiar a aquisição de alguns ativos (FERRONATO, 2009).

Quando o valor do ativo circulante se mostra superior ao do passivo circulante, denota-se então que a empresa possui um capital de giro positivo. Segundo Braga (1991), essa situação (ativo circulante maior que o passivo circulante) é mais comum, pela coexistência de dois motivos, quais sejam:

- ✓ O primeiro refere-se à inviabilidade de conciliar os prazos de pagamento com os de recebimento;
- ✓ O segundo, diz respeito à inviabilidade associada ao recebimento dos recursos de clientes nas datas estipuladas e à importância de a empresa cumprir seus pagamentos nas datas previstas, podendo sofrer a perda de reputação, sendo multada e pagar juros altos, chegando à perda do crédito e se tornando inadimplente.

Dessa forma, para as empresas, manter o ativo circulante maior que o passivo circulante é uma estratégia viável, pois assim dá condições ao gestor de trabalhar ante as incertezas do mercado e as entradas de capital no caixa.

Nessa situação, ativo circulante acima do passivo circulante, o capital de giro líquido representa a parcela dos ativos circulantes da empresa financiada com recursos de longo prazo (soma do exigível em longo prazo mais o patrimônio líquido), os quais excedem à necessidade de financiamento dos ativos permanentes.

O Capital de Giro Líquido (CGL) é um indicador de liquidez utilizado pelas empresas para refletir a operacionalidade de gerenciar as relações com fornecedores e clientes (FERRONATO, 2009).

O CGL é calculado subtraindo o Passivo Circulante (PC) do Ativo Circulante (AC), **CGL = AC – PC**, onde:

- ✓ Ativo Circulante: se configura como os recursos disponíveis em curto prazo (caixa, bancos, aplicações financeiras, contas a receber, estoques etc.)
- ✓ Passivo Circulante: refere-se aos financiamentos em curto prazo da empresa (fornecedores, contas a pagar, empréstimos etc.)

Para Gouvea e Carvalho (2017) a administração financeira apresenta como meta principal, gerenciar os bens da empresa de forma a se encontrar o equilíbrio entre lucratividade e risco de forma a aumentar o lucro da empresa.

O Capital de Giro (NCG) se coloca como relevante por aproximar informações das atividades operacionais, decisões tomadas pela alta gerência e a forma de financiamento de aplicações dos recursos disponíveis.

O NCG está diretamente ligado ao ciclo de caixa da empresa. Quando o ciclo de caixa é longo, a necessidade de capital de giro é maior e vice-versa. Assim, a redução do ciclo de caixa, em resumo, significa receber mais cedo e pagar mais tarde deve ser uma meta da administração financeira. Entretanto, a redução do ciclo de caixa requer a adoção de medidas de natureza operacional, envolvendo o encurtamento dos prazos de estocagem, produção, operação e vendas (FERRONATO, 2009).

O correto dimensionamento da necessidade de capital de giro torna-se o maior dos desafios do administrador financeiro. Elevado volume deste capital irá desviar recursos financeiros que poderiam ser aplicados nos ativos permanentes da empresa. Todavia, se ele for muito reduzido restringirá a eficácia da operação e de vendas da empresa. Braga (1991), cita que tal necessidade pode ser estimada de com base em dois modos:

- ✓ No ciclo financeiro ou
- ✓ Na utilização dos demonstrativos contábeis (balanço patrimonial)

A equalização para o problema do capital de giro consiste na recuperação da lucratividade empresarial e a conseqüente recomposição de seu fluxo de caixa.

Esta solução exige medidas estratégicas de grande alcance que vão desde o lançamento de novos produtos ou serviços e a eliminação de outros, adoção de novos canais de vendas ou até mesmo a nova formatação do negócio como um todo (BRAGA, 1991).

A solução dos problemas de capital de giro de uma empresa requer muito mais do que medidas financeiras. Estratégias, operações e práticas gerenciais, entre outras, precisarão ser repensadas para que este volte ao estado de normalidade.

2.1. FLUXO DE CAIXA

O fluxo de caixa se configura como um dos instrumentos da gestão financeira que projeta para períodos futuros os recursos que saem e entram nas negociações financeiras da empresa, indicando como será o saldo disponível para

o período projetado.

Conforme Santos et al (2010, p. 2) “Considerando os fatos, cada ferramenta de análise tem seu papel fundamental para o sucesso da empresa e uma delas é o fluxo de caixa”.

Ele se apresenta como de fácil elaboração para micro e pequenas empresas que possuem os controles financeiros bem organizados, ele deve ser utilizado para controle e, principalmente, como instrumento nas decisões tomadas.

[...] o Fluxo de Caixa é de fácil captação para todos os interessados. Dá condições para a tomada de decisões com relação aos recursos, tornando a empresa mais competitiva e proporcionando um ambiente adequado para a atração de investimentos e também para a obtenção de financiamentos, tanto no presente como para o futuro (FERRONATO, 2009, p. 273).

O fluxo de caixa deve ser considerado como uma estrutura flexível, no qual o empresário deve inserir informações de entradas e saídas conforme as necessidades da empresa. Conseguir fazer com que as contas estejam em dia é muito importante para a o desenvolvimento da empresa e para poder planejar uma gestão empresarial tranquila, eficiente, eficaz e efetiva.

O controle e planejamento do fluxo de caixa completam-se, um acompanha, o outro previne. Um acompanhamento diário reduz as margens de erro e permite corrigir em tempo hábil, eventuais medidas corretivas. As projeções são capazes de prevenir e direcionar recursos (SANTOS et al, 2010, p. 3).

Em uma operação financeira, ocorre a rotatividade de dinheiro (entradas e saídas). Um empréstimo implica receber o dinheiro (entrada de caixa) em uma data e devolvê-lo posteriormente acrescido de juro (saída de caixa); uma aplicação financeira implica desembolsar um valor para recebê-lo, após algum tempo, acrescido de juros (FERRONATO, 2009).

O fluxo de caixa é uma ferramenta para o gerenciamento financeiro, no sentido de tornar mais sólido as decisões a serem tomadas. O controle pode ocorrer em curto prazo, onde podem ser definidas as despesas que a empresa terá ou no mínimo poderá ter para o próximo período, a fim de não precisar entrar em cheque especial no banco, ou decisões paralelas, como por exemplo, empréstimos, entre outros.

Santos et al (2010, p. 3) descrevem que:

Por meio do fluxo de caixa, é possível ter uma visão antecipada das necessidades de numerários para atender pagamentos dos compromissos que a empresa costuma assumir, podendo o administrador financeiro planejar com antecedência os problemas que venham a surgir

no decorrer das operações e direcionar possíveis excedentes.

Para as micro e pequenas empresas, geralmente o que acontece é que os empresários acabam não se programando para o próximo período, então, ao ver o caixa com dinheiro, não se atentam para a duplicata que vencerá nos próximos dias, e então, embolsam e gastam o dinheiro.

Para Santos et al (2010, p. 5)

[...] o fluxo de caixa é um instrumento (planilha) pelo qual são planejadas as entradas e as saídas de dinheiro do caixa da empresa. Funciona como uma agenda sofisticada onde são registrados todos os recebimentos esperados e pagamentos programados, num certo período.

O objetivo desse fluxo é sanar este problema. Com a sua implantação, com regime de eficácia e competência, se alcança a projeção do capital de giro, onde se saberá, não exatamente, porém próximo à realidade, o quanto de dinheiro estará disponível no dia de pagamento, por isso, os dados e números devem ser reais, as projeções devem estar o mais próximo da realidade que pertencem.

2.2. ORÇAMENTO DE CAIXA

É muito comum na literatura contábil entender que orçamento de caixa é que encerra o ciclo do processo orçamentário. É certo que se necessita do fluxo de caixa, seus saldos iniciais e finais, para que se obtenham as receitas financeiras. Contudo, o saldo de caixa é apenas mais um dos saldos do balanço patrimonial, e decorre, fundamentalmente, das demais contas de resultados e do próprio balanço.

Machado e Silveira (2017, p. 6) ratificam que:

[...] a elaboração do fluxo de caixa torna-se necessária, onde dentro do processo orçamentário será projetada as entradas de caixa decorrentes de vendas, serviços e outras receitas, bem como as saídas de caixa resultantes das despesas operacionais e entre outros gastos.

Portanto, é mais fácil entender este saldo, ou orçamento de caixa como um dado residual. O saldo de caixa é o que sobra ou eventualmente, falta, após todas as transações operacionais, de investimentos e financiamentos serem projetadas, e refletidas no balanço patrimonial, decorre delas.

O orçamento não é nada mais do que um plano descrito, expresso em termos de unidades físicas e/ou monetárias. A complexidade do processo orçamentário e os seus detalhes de elaboração poderão variar de empresa para empresa, porém na sua essência são semelhantes (FERRONATO, 2009).

Explicando as principais finalidades do orçamento de caixa Lunkes (2007, p.53) destaca:

- a) Indicar a posição financeira provável em resultado das operações planejadas;
- b) Indicar o excesso ou a insuficiência de disponibilidades;
- c) Indicar a necessidade de empréstimos ou a disponibilidade de fundos para investimento temporário;
- d) Permitir a coordenação dos recursos financeiros em relação a: (1) capital de giro total; (2) vendas; (3) investimentos; e (4) capital de terceiros;
- e) Estabelecer bases sólidas para a política de crédito;
- f) Estabelecer bases sólidas para o controle corrente da posição financeira.

Ele é um dos mais eficientes instrumentos estratégicos e de controle empresariais, que poderá ser projetado de várias maneiras, conforme as necessidades ou conveniências de cada empresa. As decisões terão de ser tomadas, mediante as informações que darão suporte financeiro à empresa e que estarão contidas necessariamente no orçamento de caixa.

Esse tipo de orçamento poderá ser elaborado com relativa exatidão e precisa ter em vista várias finalidades. A principal será indicar as necessidades de numerário para atendimento dos compromissos que a empresa costuma ter com prazos certos para serem saldados. Com isso, o administrador financeiro estará apto a estimar, com a devida antecedência, os problemas de caixa que poderão surgir devido às reduções cíclicas das receitas ou aos aumentos volume de desembolsos e, em decorrência, a necessidade de obter empréstimos de instituições financeiras.

Gitman (2010, p. 108) conceitua esse termo contábil da seguinte forma: “O orçamento de caixa ou projeção de caixa é uma demonstração das entradas e saídas de caixa prevista da empresa. Serve para estimar as necessidades de caixa no curto prazo.”.

Encontram-se arroladas a seguir, as principais vantagens de elaborar-se o orçamento de caixa na empresa, de acordo com Machado e Silveira (2017):

- a) visa demonstrar o momento adequado para as retiradas de caixa sem, contudo, acarretar problemas financeiros para a empresa;
- b) faculta meios de pôr em funcionamento suas disponibilidades de caixa de forma mais racional e lucrativa possível, sem colocar em riscos a liquidez da empresa;
- c) permite a utilização mais lucrativa do caixa, quando for do interesse da empresa, o pagamento de contas dentro do período de desconto, visto que isso poderá

- aumentar a reputação desta para efeito de crédito, poupando simultaneamente, o desembolso de considerável soma em dinheiro se a compra se realizar a vista;
- d) auxilia a verificação os períodos excedentes de caixa da empresa, além de estimar os valores dos saldos de caixa e os períodos em que eles irão ocorrer;
- e) possibilita a escolha de investimentos, da parcela ociosa, de recursos financeiros, do mesmo modo que as informações relativas ao déficit de caixa serão usados para a seleção de instruções de crédito capazes de atender às necessidades da empresa;
- f) através do orçamento de caixa poderão destacar-se os pontos vulneráveis e os pontos positivos, antecipando ao administrador financeiro a postura, em termos, das medidas cabíveis para cada situação projetada;
- g) como o orçamento de caixa estabelecerá as metas a atingir pela empresa, permitirá a seleção de alternativas mais eficazes para suprir eventuais insuficiências de caixa.

2.3. CICLO OPERACIONAL E RELATÓRIO GERENCIAL

Em contabilidade, ciclo operacional é o período desde a compra de matéria-prima para a indústria ou de mercadorias para serem revendidas, até o recebimento do dinheiro relativo à venda dos produtos fabricados ou revendidos.

De acordo com Ferronato (2009) o ciclo operacional define o prazo (longo e curto) para a empresa. Períodos de tempo inferiores ao ciclo operacional da empresa são considerados curto prazo, enquanto que períodos maiores que o ciclo operacional são considerados longo prazo.

No entanto, quando o ciclo operacional da empresa é inferior a um ano, prevalece à duração do exercício social (um ano) como parâmetro o curto e o longo prazo menos que um ano, curto prazo, e mais que um ano, longo prazo.

Essa dificuldade é agravada pelo modo segundo o qual o conceito de ciclo operacional é aplicado na prática. Em geral, se é inferior a um ano, ainda se aplica a regra de um ano como resultado, a classificação de ativos circulantes não divulga de maneira coerente a frequência da circulação de ativos. Mas, mesmo que o critério do ciclo operacional fosse aplicado de maneira consistente, ainda haveria algumas dificuldades importantes, por causa da complexidade de muitas empresas e da resultante incapacidade de determinar a duração do ciclo operacional. Assim, embora a frequência de circulação de ativos possa ser relevante para a predição

de fluxos de caixa, a capacidade de vincular esse dado a informações sobre lucro e fluxo de caixa é limitada quando todos os ativos são classificados como se tivessem a mesma frequência de circulação (FERRONATO, 2009).

Mesquita (2018, p. 17) descreve o ciclo operacional da seguinte forma:

[...] o ciclo operacional de uma empresa é caracterizado pelo intervalo de tempo gasto na execução de todas as atividades que envolvem o processo, ou seja, é o número de dias transcorridos entre a compra de matérias-primas ou produtos e o recebimento da venda dos produtos fabricados ou comercializados.

Podemos entender o ciclo operacional como o prazo total que começa na aquisição da matéria-prima e termina no recebimento do valor referente à venda. O cálculo é feito somando-se o prazo médio de estoques com prazo médio de recebimentos.

O ciclo operacional define os prazos da empresa. Períodos de tempo inferiores ao ciclo operacional da empresa são considerados curto prazo, enquanto que períodos maiores que os ciclos operacionais são considerados longo prazo. No entanto, quando o ciclo operacional da empresa é inferior a um ano, prevalece a duração do exercício social (um ano) como parâmetro para o curto e o longo prazo: menos que um ano, curto prazo, e mais que um ano, longo prazo.

Relatórios Gerenciais são muito relevantes para uma boa gestão, têm o objetivo de oportunizar informações precisas e pontuais, capazes de auxiliar da melhor forma as decisões, conforme objetivos e estratégias da organização onde são utilizados os Relatórios Gerenciais de forma simples, eficaz e objetiva, confiáveis, atualizados e relevantes para transmitir a mensagem que se deseja.

Segundo Padoveze (1997), os relatórios devem ser organizados e redigidos com foco na operacionalidade informativa, devem ser práticos e objetivos, com dados verdadeiros que retratem a realidade da empresa, atendendo aos diferentes níveis de gerência dentro da organização, ou seja, que atenda aos que utilizam os relatórios para execução das atividades e sejam entendidos por quem os utiliza.

Conforme Ludícibus (1998, p. 283):

Uma das premissas mais simples e frequentemente mais esquecidas pelo contador, mesmo de boa qualidade técnica, é que os relatórios contábeis, via de regra, não são feitos uma das premissas para contadores, mas para gerentes dos mais variados níveis. Os níveis de gerência podem ser identificados a partir de seu interesse em informações de caráter global e estratégico ou setorial analítico. Existem, por outro lado, categorias intermediárias que gostam de analisar relatórios amplos quanto à área abrangida e, ainda assim, detalhados.

Os relatórios são uma atualização sobre problemas, projetos de melhoria que através de dados consolidam o atual parecer da situação empresarial. Portanto esses relatórios tem como critério a transmissão de informação clara e compreensível e para isso se tornar um instrumento hábil tem que estar nas mãos certas, afinal deve ser analisado, para que não ocorram falhas no momento das decisões sobre as atividades da empresa.

De acordo com Padoveze (1997, p. 40) as características essenciais dos relatórios são:

- concisos;
- elaborados conforme as necessidades do usuário;
- coletados de informações objetivas e de imediato entendimento pelo usuário;
- que não permitam uma única dúvida sequer, ou possibilitem pergunta indicando falta de alguma informação do objeto do relatório;
- apresentação visual e manipulação adequada.

Portanto, esse tipo de relatório tem boa qualidade e se mostra fácil de ser compreendido com dados relevantes que apresentam a real situação da empresa, visando atender as necessidades dos usuários. A elaboração dos relatórios deverá ser baseada em informações reais que possam ser facilmente avaliadas, deve ser clara e expressiva, de maneira que os usuários não tenham dificuldades na interpretação dos dados com um único fim específico, atender as necessidades internas dos gestores.

Assim, os usuários internos, principalmente, podem usufruir dos relatórios gerencias para realizar o planejamento dos objetivos que devem ser atingidos, para apresentar aos administradores, alternativas adequadas e verificar se as informações geradas são confiáveis, se a empresa conseguiu atingir as metas a serem alcançadas através das ações e se as decisões foram tomadas com base nas informações representadas pelos números, Figuras, etc.

Segundo Ludícibus, Martins e Gelbcke (2000, p. 33):

[...] além das informações diárias ou semanais, com a posição do caixa, de faturamento, de produção, fluxo semanal de caixa e outras que a administração da empresa considere importantes quanto ao conteúdo e a periodicidade, é importante que a Contabilidade forneça mensalmente e com rapidez a posição patrimonial e financeira e os resultados das operações[.].

E quanto à periodicidade, as informações dos relatórios devem ser atualizadas sempre que ocorrerem mudanças nas operações, ou seja, precisam ser controladas diariamente para que não se tornem inválidas projeções futuras

da empresa na tomada decisão. Existem várias formas de elaboração de relatórios que podem auxiliar na organização das empresas, dispondo aos gestores a dados úteis ao processo de tomada de decisões os modelos de relatórios gerenciais são as demonstrações financeiras, como: demonstrações de resultados, balanços e demonstrações de fluxo de caixa, e também, relatórios de custo dos produtos e relatórios orçamentários.

3. MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

As micro e pequenas empresas têm sido mais constantemente alvo de política, para economia brasileira. Apesar de ser categorias empresarias muito comuns. Tem característica muito parecida, há muita dúvida sobre como diferenciar a micro da pequena empresa. De acordo com a lei geral para MPES, o que as distingue é o faturamento anual.

Segundo Fabretti, (*apud* HENRIQUE, 2008, p. 20):

Empresa é a unidade econômica organizada, que combinando capital e trabalho, produz ou faz circular bens ou presta serviços com finalidade de lucro. Adquire personalidade jurídica pela inscrição de seus atos constitutivos nos órgãos de registro próprio, adquirindo dessa forma capacidade jurídica para assumir direitos e obrigações. A empresa deve ter sua sede, ou seja, deve um domicílio, local onde exercerá seus direitos e responderá por suas obrigações.

Para Asquini (*apud* SILVA, 2004), a empresa pode compreender três perfis, a saber:

- Perfis Subjetivos – a empresa e o empresário, pois são estes que exercita a atividade econômica organizada de forma continuada. Pessoa física a jurídica, titular de direitos e obrigações.
- Perfis Objetivo – Relacionado ao patrimônio, conjunto de bens que estão unidos para atividades específicas.
- Perfis Corporativos – A empresa é uma instituição, uma organização pessoal, formada pelo empresário e seus colaboradores. Todos voltados para cima cidade comuns.

O SEBRAE utiliza o conceito “micro e pequenas empresas” tendo como referência o quantitativo de funcionários nas empresas principalmente nos estudos levantados. Segundo a quantidade de funcionários, seu porte pode ser definido conforme dados da tabela 1.

Tabela 1 – Classificação do porte dos empregados por números de empregados, segundo ramos da atividade:

Porte / Setor	Indústria	Comercial e Serviços
Microempresas	Até 19	Até 9 empregados
Empresa de Pequeno Porte	De 20 a 99	De 10 a 49
Médios	De 100 a 499	De 50 a 99
Grandes	500 ou mais	100 ou mais

Fonte: (SEBRAE –SP 2000).

É importante ressaltar que essas empresas nas áreas de serviços e comerciais são geradores de empregos, e tem com objetivo de contribuir para o desenvolvimento e a competitividade empresarial.

As micro e pequenas empresas têm essa classificação de acordo com o faturamento, segundo conceitua a Lei Complementar nº 155, de 2016:

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). Redação dada pela lei Complementar nº 155 de 28 de outubro de 2016.(Produção de efeitos – vide art. 3º da Lei Complementar nº 155, de 2016).

Neste cenário o perfil da micro e pequena empresa é cada vez mais importante na estrutura capitalista atual.

3.1. TRIBUTAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Na tributação fiscal aplicada a micro e pequenas empresas tem-se, basicamente, três modalidades, sendo elas: Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional. Considerando que o empresário tem objetivo de escolher qual a possibilidade de tributo e a mais vantajosa para sua empresa, entendendo todas as maneiras fundamentais envolvidos nos cálculos através dos regimes tributários da sua empresa a forma que possa fazer seu planejamento para possibilitar que o empresário e seu contador verifiquem as vantagens para sua empresa do ponto de vista tributário.

Para Oliveira (2005, p.38), planejamento tributário é:

Uma forma lícita de reduzir a carga fiscal, o que exige alta dose de conhecimento técnico e bom-senso dos responsáveis pelas decisões estratégicas no ambiente corporativo. Trata-se do estudo prévio a concretização dos fatos administrativos, dos efeitos jurídicos, fiscais e econômicos de determinada decisão gerencial, com o objetivo de

encontrar a alternativa legal menos onerosa para o contribuinte.

Ainda, de acordo com o autor, os regimes tributários são:

- Lucro Real
- Lucro Presumido
- Simples nacional

O *Lucro Presumido* é o regime tributário em que se presume o Lucro a partir da Receita total de 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou a 6.500.000,00 (seis milhões quinhentos mil reais) multiplicado pelos meses de atividade do ano calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses, poderá optar pela tributação com base no lucro presumido (RECEITA FEDERAL, 1999). Esse valor de lucro estimado é base de cálculo para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido que possuem a alíquota em 15% e 9%, respectivamente. Determinado por períodos de apuração trimestrais, de cada ano do calendário, tendo como base o faturamento da empresa (SEBRAE, 2013).

A *presunção do lucro* é de 1,6% a 32% da Receita Bruta no caso do IRPJ, e de 12% a 32%, no caso da CSLL definidos de acordo com a atividade: PIS e COFIN.

O lucro real, bem como sua expressão, é o próprio lucro tributável, para fins da legislação do imposto de renda destinado do lucro líquido apurado contabilmente. Segundo o artigo 247 do RIR/1999, lucro real é o lucro líquido do contexto de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação fiscal (SEBRAE, 2013).

Oliveira (2005) destaca que as alíquotas de IRPJ e CSLL são as mesmas do Lucro Presumido, 15% e 9%, respectivamente. O que muda de forma significativa é a apuração do PIS - com alíquota de 1,65%, e da COFINS - 7,6%, o Imposto de Renda e a Contribuição Social devem ser apurados somente pelo Lucro, obtido através da DRE (demonstração do resultado do exercício). Para micros e pequenas empresa optar por esse regime é importante ter uma rigorosa escrituração contábil, pois somente os gastos comprovados poderão ser considerados para dedução ou compensação.

O *Simples nacional* é o Imposto federal que consiste num sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições de micro e pequenas empresas, a partir de parâmetros estabelecidos, salvo exceções previstas na lei.

Segundo o SEBRAE (2013), o simples nacional é um regime especial unificado de opção facultativa compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicáveis às micro e pequenas empresas, previsto em lei Complementar nº 123, de 14/12/2006. A alíquota de imposto varia em relação ao segmento e ao valor médio do recolhimento, entre 4% e 33% a sociedade empresária ou sociedade simples, o qual é referendada no art. 966 da lei 10.406 de 10/01/2002 devidamente registradas no órgão de registro das empresas mercantis ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

De acordo com o art. 3º, da Lei complementar 139, de 10/11/2011:

[...] permanecem enquadradas na condição de micro empresa para deste regime de tributação no caso de micro empresa, aufera em cada ano- calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). E no caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

Esse regime traz duas grandes vantagens desejadas por empresários: as alíquotas tendem a ser menores e a administração da agenda tributária é mais simples. Onde reúne os impostos em um único guia mensal de pagamento que pode ser proporcional ao faturamento do empreendimento que ideal para micro e pequenas empresas.

3.2. AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS VOLTADAS PARA A CONTABILIDADE GERENCIAL

Este modelo de contabilidade auxilia no desenvolvimento das estratégias de futuras decisões, com informações mais claras, precisas e úteis sobre a atual realidade das micro e pequenas empresas, que, se bem interpretadas, facilitam o ponderamento dos administradores sobre ações a serem tomadas, tornando mais fácil o planejamento e controle das operações.

Pode-se ressaltar que a contabilidade gerencial é umas das ferramentas indispensáveis para micro e pequenas empresas com um suporte como auxílio de tomada de decisão para empresários. Segundo Ludícibus (2000, p.43), “[...] o objetivo principal da contabilidade é oportunizar informação econômica e financeira para a tomada de decisões dos usuários realizando suas análises de forma eficaz e com segurança.”.

As micro e pequenas empresas geralmente têm curta duração no mercado por não conhecer de utilizar com ferramenta a contabilidade gerencias. As principais causas são: a ausência de experiência e orientação dos gestores; o não-planejamento e a fragilidade administrativa e organizacional. Entre essas causas, a gestão ineficaz é o principal fator que resulta no fechamento das empresas (FERRONATO, 2009).

A utilização da contabilidade gerencial nas pequenas e médias empresas tem como objetivo agregar e melhorar o conhecimento dos gestores para o processo de tomada de decisão. Após análise do conceito de contabilidade gerencial propriamente dita, buscou-se, a importância do Sistema de Informação Gerencial (SIG), que tem como definição a determinação de informações pertinentes ao gerenciamento organizacional, prestando, portanto, importantes subsídios ao processo decisório, uma vez que a relevância dessa informação está intimamente ligada às estratégias dos negócios.

Quando as micro e pequenas empresas são voltadas ao uso da contabilidade gerencial, o empresário tem a visão ampla dos negócios, auxiliando as empresas a coletarem informação úteis à demonstração financeira e à situação econômica da empresa.

Souza (2008, p. 55) relata que a aplicação de sistemas de informações gerenciais voltadas a micro e pequenas empresas não é uma tarefa fácil, requer um elevado grau de paciência, pois, em alguns casos, impede uma burocracia desmedida.

Segundo Figueiredo (1997, p. 36), o sistema de informação contábil e gerencial são compostos pelos seguintes conceitos:

O orçamento constitui – se de planos específicos em termos de datas e de unidade monetárias, visando orientar a administração para atingir os fins específicos empresariais. O sistema de orçamento simula os desempenhos com base em planos aprovados, empregando os mesmos conceitos com o serão tratados os eventos e transações realizadas, é um sistema de informação de apoio a gestão. O objetivo do orçamento

é: Orientar a execução das atividades; possibilitar a coordenação dos esforços das áreas e de todas as atividades que compõem a empresa; aperfeiçoar o resultado global da empresa; reduzir os riscos operacionais; facilitar a identificação das causas dos desvios entre o planejado e o realizado, propiciando a implantação de ações corretivas.

Para Oliveira (2005, p 44) um sistema de informações gerenciais, sobre determinadas condições pode proporcionar benefícios às empresas, tais como:

- Redução do custo das operações;
- Melhoria no acesso às informações, propiciando relatórios mais preciosos e rápidos, com menor esforço;
- Melhoria na produtividade, tanto setorial quanto global;
- Melhoria nos serviços realizados e oferecidos;
- Melhoria na Tomada de Decisões, através do fornecimento de informações mais rápidas e precisas;
- Estímulo de maior interação entre os tomadores de decisão;
- Fornecimento de melhores projeções dos efeitos das decisões;
- Melhoria na estrutura organizacional, por facilitar o fluxo de informações;

Caso as micro e pequenas empresas utilizassem esse sistema de informação contábil poderiam obter vantagem competitiva em relação às outras empresas, por intermédio de um gerenciamento adequado das informações, visualizando-as como instrumento administrativo e ferramenta de auxílio ao gestor da empresa em suas ações.

3.3. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA SIMPLIFICADO

Este é um recurso em que controlam todas as movimentações de pagamentos e recebimentos da determinada empresa. Pode-se indicar que grande parte das micro e pequenas empresas apresentam problemas de caixa, por que não se utiliza dessa de demonstração para prever a insolvência e a fragilidade da empresa.

Ferreira (2010, p. 667) aponta que as Demonstrações de Fluxo de Caixa (DFC) mostram as modificações ocorridas na empresa, em determinado tempo, por meio da exposição dos fluxos de recebimentos e pagamentos. Ainda aponta que a DFC toma conhecimento das entradas e saídas sofridas pela empresa em seu exercício, ou seja, seus valores monetários.

Segundo Ludícibus, Marion e Faria (2009, p. 186), este fluxo é baseado nos seguintes fatos:

- A DFC, por sua vez, demonstra a origem e a aplicação de todo dinheiro que transitou pelo caixa em um determinado período e o resultado desse fluxo. O caixa considerado engloba as contas Caixa e Bancos – por esse motivo, consideramos que seria mais adequada a intitulação Demonstração do Fluxo de Disponível. [...] utilizamos a denominação DFC por ser a forma geralmente mais adotada. - A análise conjunta da DFC e da Demonstração do Resultado pode esclarecer situações controvertidas sobre o porquê de a empresa ter um lucro considerável e estarem com o Caixa baixo, não conseguindo liquidar todos os seus compromissos. [...] embora, seja menos comum o porquê de a empresa ter prejuízo, embora o Caixa tenha aumentado.

Conforme Matarazzo (2010, p. 234), as Demonstrações do Fluxo de Caixa seguem os seguintes objetivos:

- Avaliar alternativas de investimentos. - Avaliar e controlar ao longo do tempo as decisões importantes que são tomadas na empresa, [...]. - Avaliar as situações presente e futura do caixa na empresa, posicionando-a para que não chegue a situações de liquidez. - Certificar que os excessos momentâneos de caixa estão sendo devidamente aplicados.

A partir da ideia acima, com o total entendimento em relação ao fluxo de caixa de uma empresa, esse processo irá auxiliar de maneira singular o crescimento do mercado, pois qualquer erro que possa vir a ocorrer pode ocasionar perdas em geral na mesma. O objetivo essencial da DFC é disponibilizar informações relevantes sobre os fluxos financeiros (em dinheiro) de pagamentos e recebimentos realizados por uma empresa, no exercício.

Marion (2002, p. 54) aduz que “a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) é um dos principais relatórios contábeis para fins gerenciais”, a DFC é uma demonstração que evidencia as modificações que ocorreram no saldo de disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) em determinado contexto em uma entidade, através de lançamentos de pagamento e recebimento, ou seja, entrada e saída de dinheiro.

Tabela 2 – Tabela ilustrativa de Demonstrações de Fluxo de Caixa:

Fluxo de caixa	Período			
	Janeiro		Fevereiro	
Contas	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
1-Entradas				
Vendas a vista				
Vendas a prazo				
Outras receitas				
Total de entradas				
2- Saídas				
Compras à vista				
Compra a prazo				

Impostos			
Salários			
Outros pagamentos			
Total de saída			
Saldo inicial			
(+) Total de entrada			
(-) Total de saídas			
(=) saldo final			

Fonte: Marion,2002.

Através dessa demonstração o gestor saberá o montante certo em que contrairá empréstimos para sanar a insuficiência de fundos, bem como quando aplicar no mercado financeiro o restante do capital, evitando, assim a corrosão inflacionária, proporcionando maior rendimento à empresa.

3.4. BALANÇO PATRIMONIAL SIMPLIFICADO

O balanço patrimonial é um relatório contábil que, através desse relatório avalia se a situação patrimonial e financeira de uma determinada empresa. Essa demonstração deve compreender todos os bens e direitos, tanto tangíveis materiais como intangíveis imateriais, as obrigações e o patrimônio líquido da empresa. O balanço patrimonial deve ser estruturado observando-se a disciplina contida nos artigos 178 a 184 da Lei Nº. 6.404/1976, a qual estabelece que, no balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

O Balanço patrimonial, portanto, composto por duas partes: Ativo e Passivo. Tradicionalmente, é apresentado em forma de "T". O "T" tem dois lados, no esquerdo é o lado do ativo; e que o direito é o lado passivo. Assim, o Balanço Patrimonial é constituído pelo Ativo, que compreende os bens, os direitos e as demais aplicações dos recursos controlados pela empresa, capazes de gerar benefícios econômicos futuros, originados de eventos ocorridos. Pelo Passivo, que compreende de onde advêm os recursos representados pelas obrigações para com terceiros, resultantes de eventos ocorridos que exigirão ativos para a sua liquidação e pelo Patrimônio Líquido indica os recursos próprios da Entidade, e seu valor é a diferença positiva entre o valor do Ativo e o valor do Passivo.

Tabela 3: Modelo de Balanço Patrimonial Simplificado

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO
CIRCULANTE	CIRCULANTE
Caixa e Equivalentes de Caixa	Fornecedores
Contas a Receber	Empréstimos e Financiamentos
Estoques	Obrigações Fiscais
Outros Créditos	Obrigações Trabalhistas e Sociais Contas a Pagar
	Provisões
NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Contas a Receber	Financiamentos
Investimentos	
Imobilizado	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Intangível	Capital Social
(-) Depreciação e Amortização Acumuladas	Reservas de Capital
	Reservas de Lucros Lucros
	Acumulados
	(-) Prejuízos Acumulados
TOTAL	TOTAL

Fonte: CFC, 2013, p. 33.

Além dos conceitos trabalhados, como fluxo de caixa e balanço, também integra a gestão contábil os índices financeiro-econômicos, pois por seu intermédio se pode avaliar as condições e possibilidades da empresa de negociação, de contratação de serviços e outros aspectos.

3.5. ÍNDICES FINANCEIRO-ECONÔMICOS

Os índices financeiro-econômicos possuem um papel muito importante na gestão financeira de qualquer negócio, pois ele tem objetivo de analisar a e evidenciar a posição atual da empresa onde fornecer uma visão ampla da situação financeira econômica da empresa. O índice é estabelecido entre a relação de contas ou grupo de contas das Demonstrações financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa.

Análise dos índices fornece uma ampla visão da situação econômica, financeira e patrimonial da empresa, as análises devem ser realizadas através da construção de série histórica com os números encontrados os quais são apurados através da relação entre contas ou grupos de contas que integram as demonstrações contábeis (SILVA, 2002, p. 125).

Onde esses índices financeiros e a econômica podem ser analisados separadamente, desta forma os índices são divididos entre os que evidenciam

aspectos da situação financeira e aqueles que evidenciam aspectos da situação econômica. Os índices da situação financeira são divididos em estrutura de capitais e liquidez.

Ainda para Silva (2002, pag. 126), os índices representam a análise composta em dois grandes grupos:

- ✓ Indicadores Financeiros
- ✓ Indicadores de Rotatividade/Atividade.

Quadro 3 - Principais indicadores a serem estudados:

Indicadores financeiros	
Liquidez	Liquidez corrente
	Liquidez seca
	Liquidez geral
Situação financeira econômica	Estrutura de capital
	Participação de capital de terceiros (endividamento)
	Composição de endividamento
Rentabilidade	Grau de mobilidade do patrimônio líquido
	Giro do ativo
	Margem líquida
	Rentabilidade do retorno do ativo
	Rentabilidade do patrimônio líquido

Fonte: editado de Silva (2010, p. 126)

Marion (2002, p. 36) define os Índices como sendo relações que se estabelecem entre duas grandezas, facilitando sensivelmente o trabalho do analista, uma vez que a apreciação de certas relações ou percentuais é mais significativa que a observação de montantes, por si só.

Segundo Marion (2002, p. 83), esses índices são utilizados para avaliar a eficácia que as empresas têm em cumprir com seus pagamentos, isto é, constituem apreciação sobre a quitação de suas dívidas. Essa capacidade de pagamento pode ser avaliada considerando: longo prazo, curto prazo ou prazo imediato.

Os índices de Liquidez são medidas de avaliação da capacidade financeira da empresa em satisfazer os compromissos para com terceiros, a partir da comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade de saldar suas dívidas.

Conforme Matarazzo (2010, p.163 e 164), “[...] os índices de Liquidez são extraídos do Balanço Patrimonial da empresa e não de fluxo de caixa, servindo, portanto, para medir se a base financeira da empresa, no período analisado, é

sólida ou não.”.

O Índice de liquidez corrente é utilizado para medir a saúde de sua empresa, ou seja, ela é usada para a empresa honrar suas dívidas circulantes com o que se tem do recurso de curto prazo.

O índice de liquidez corrente é calculado dividindo-se o ativo circulante da empresa (seus direitos de curto prazo, como o dinheiro em caixa e os estoques) pelo passivo circulante (as dívidas a curto prazo, como empréstimos, impostos, pagamentos a fornecedores etc).

Segundo Assaf Neto (2006, p.191.), quanto maior a liquidez corrente mais alta se apresenta a capacidade da empresa em financiar suas necessidades de capital de giro.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

O processo de pesquisa realizado no desenvolvimento deste trabalho guiou-se na forma de pesquisa bibliográfica e descritiva, um estudo de caso, que mostra um pouco da importância da contabilidade gerencial.

No entanto, o objetivo principal deste trabalho não é apenas a parte bibliográfica, enfim, desenvolveu-se um levantamento de coletas de dados através da pesquisa de campo, que foi a problematização do trabalho. O estudo teve um caráter investigativo, pois de acordo com Medeiros (apud GIL, 2002) “visa fornecer informações sobre o objeto de pesquisa”, de maneira a elaborar respostas aos questionamentos levantados. O estudo teve como fundamentação principal a contabilidade gerencial que abrangeu os temas relacionados a Contabilidade financeira e suas Demonstrações Contábeis e a Microempresa.

Para Vergara (2009), a pesquisa bibliográfica é um excelente meio de formação científica, sendo as principais fontes: livros, dicionários, artigos e publicações disponíveis na internet.

A pesquisa bibliográfica que é parte essencial para qualquer pesquisa, pois irá explicar o problema a partir de obras já publicadas de outros autores, sendo sua finalidade explicar por diversos ângulos de autores distintos um mesmo tema.

As pesquisas podem ser classificadas de diferentes maneiras. Mas para que essa classificação seja coerente, é necessário definir previamente o critério adotado para classificação. Assim, é possível estabelecer múltiplos sistemas de classificação e defini-las segundo a área de conhecimento, a finalidade, o nível de explicação e os métodos adotados (GIL, 2002, p. 25).

De acordo Gil (2002, p. 42) “A pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno

ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

O estudo de caso se delimita a uma microempresa do ramo de vestuário do município de São Mateus-ES.

Para a Coleta de dados desta pesquisa foi utilizada a técnica de questionário estruturado. Segundo Cervo e Bervian (1996) “[...] o questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com melhor exatidão que se deseja.”. O questionário contém um conjunto de questões, logicamente elaboradas com um problema central. Que são perguntas fechadas com uma serie de respostas possível para, que o estudo em questão se torna a mais indicada, pois o direcionamento das respostas irá facilitar a identificação de possíveis causas e soluções.

Numa breve caracterização do município de São Mateus, destaca-se estar situado na região sudeste do Brasil, ao norte do Estado do Espírito Santo.

Ocupa uma área de 2.549 Km². Sua sede fica a 218 km da capital, com uma população de 90.342 habitantes em 2000 segundo o IBGE. Possui população oscilante devido ao turismo e a migração de trabalhadores nas empresas situadas na sede e adjacências. A sede municipal está a 36 metros de altitude tendo sua posição geográfica determinada pelo paralelo 18°42'58" de latitude ao Sul, em sua interseção com o meridiano de 39°51'21" de longitude Oeste (FILHO, 2001).

Observa-se que o fato de se localizar no litoral Brasileiro fez com que seu território tivesse muitas agressões ambientais. No início para exploração de madeira e abertura de área para a agricultura e a pecuária e depois por outros empreendimentos, como o turismo desordenado e ocupação de terras para loteamento, por exemplo.

De acordo com Nardoto (1999), o município de São Mateus passou por ciclos que permitiram o avanço do desmatamento na região norte. Segundo o historiador, na década de 30 e 40, ocorreu o início da derrubada da mata para instalações de propriedades de gado e instalações de serrarias. Entre os períodos de 80 a 90, com a chegada dos italianos, começou o grande ciclo produtivo de café na região.

Na década de 70, chegaram ao município mateense empresas comerciais de cultivo do eucalipto. Hoje algumas monoculturas têm sido observadas na região, podendo ser citadas a cana-de-açúcar, o mamão, o coco-anão e o macadame, entre outras.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

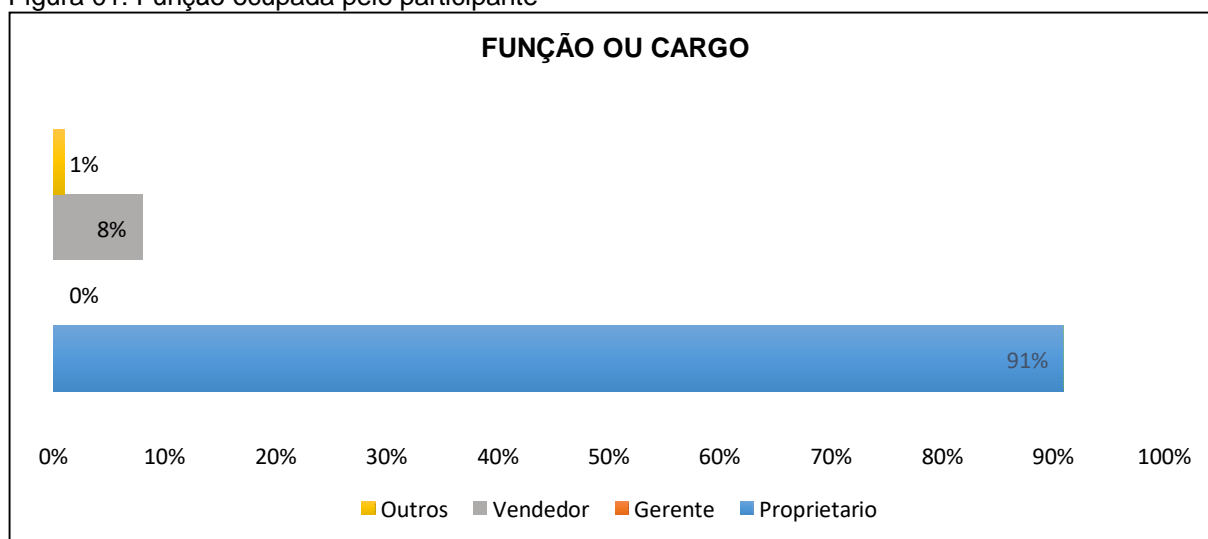
Com o objetivo de aprofundar o estudo de campo, realizou-se uma pesquisa com 10 empresas (micro e pequenas empresas) situadas no município de São Mateus-ES.

Através dos dados coletados, em forma de questionário, com dezessete questões selecionadas buscou-se identificar o comportamento das empresas sobre a importância da contabilidade gerencial para a tomada de decisão e gerenciamento, o que no dia a dia são informações muito importantes.

Foram elaboradas figuras para melhor compreensão e observação das respostas, acompanhados de comentários apresenta-se a seguir o resultado da pesquisa.

Toda empresa que deseja sobreviver diante do acirramento da concorrência e das demandas do novo século precisa se preocupar em capacitar seus profissionais para o mercado atual.

Figura 01: Função ocupada pelo participante



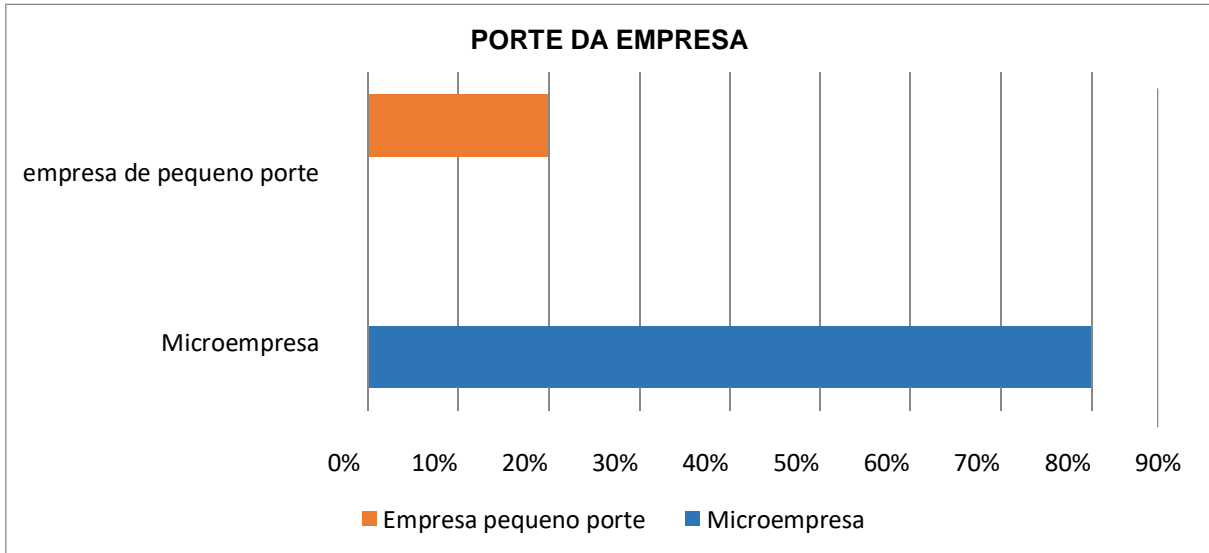
Fonte: Autores

Quanto às funções desenvolvidas na empresa, 91% dos entrevistados eram os proprietários das micro e pequenas empresas sendo os administradores e gerentes; enquanto os 8% eram vendedores e em 1% quem conduzia outros que eram auxiliares fiscais.

As micro e pequenas empresas assumem características próprias de gestão, a maioria delas possui uma hierarquia administrativa que vai desde o proprietário,

que podemos considerar como gerente geral, passando por vendedor faz praticamente da função dentro da empresa.

Figura 02: Porte da Empresa

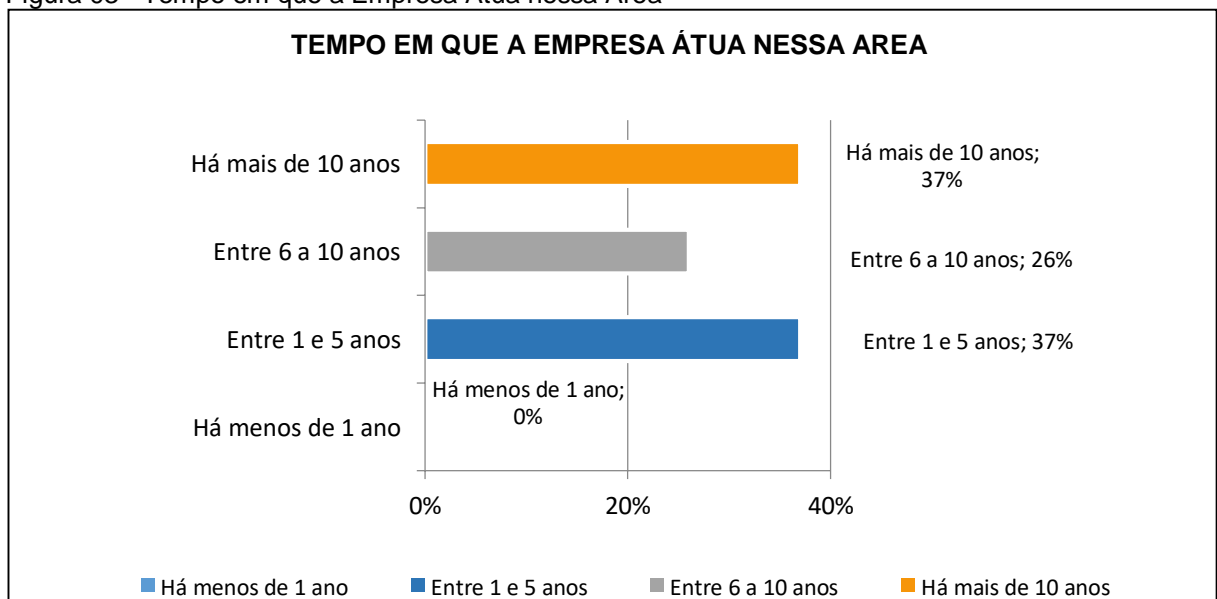


Fonte: Autores

A pesquisa demonstrou que 80% dos entrevistados são microempresas e 20% são empresa de pequeno porte.

De acordo com o Figura, foi observado que uma das utilidades das informações que 80% microempresas venham crescendo no país, pois é inquestionável o relevante papel socioeconômico desempenhado por estas empresas em geração de empregos.

Figura 03 - Tempo em que a Empresa Atua nessa Área

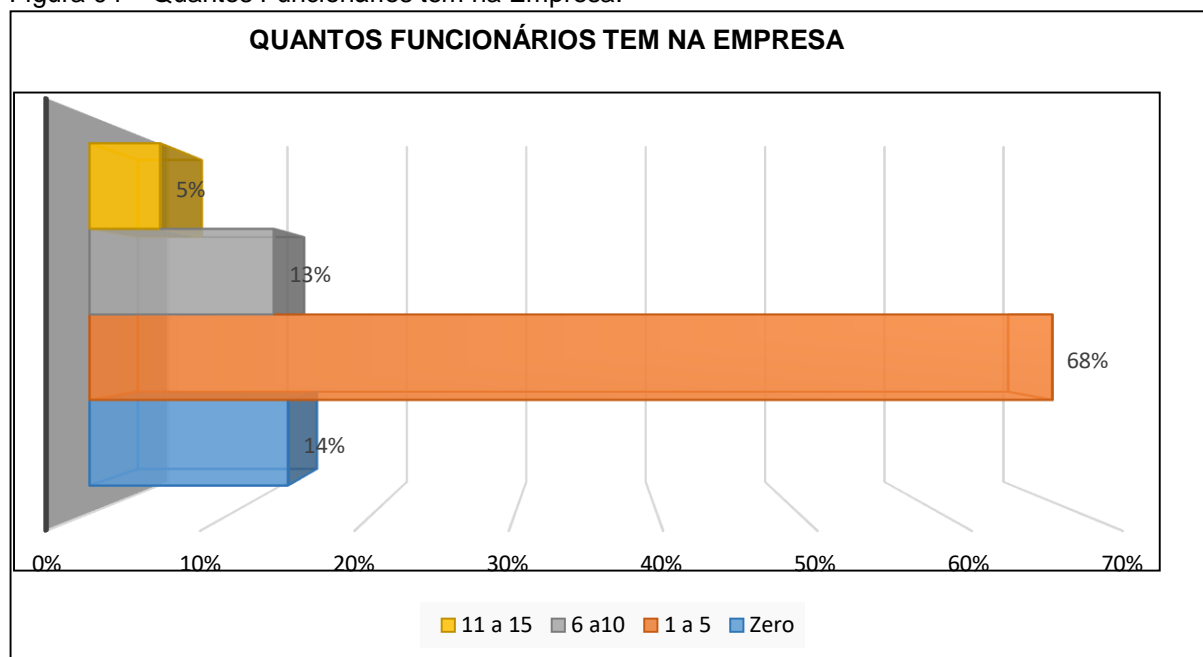


Fonte: Autores

Nesta figura foi questionado o tempo que a empresa atua nessa área, a maioria dos entrevistados, mais especificamente 37%, possui entre 1 e 5 anos; 26% tem entre 6 e 10 anos e aqueles que possuem mais de 10 anos de experiência totalizam 37%.

Entretanto, a maioria dos novos empreendimentos não completa os primeiros dois anos de atividade acabam fechando as portas. Desta forma, o objetivo deste trabalho foi identificar e analisar o que 37% dos entrevistados estão no mercado apesar de todas as dificuldades encontradas pelos gestores com pouca experiência, com pouca a falta de cliente e a carga tributária elevada e com concorrência acirrada eles estão vivendo muito tempo no mercado há mais de 10 anos.

Figura 04 – Quantos Funcionários tem na Empresa.



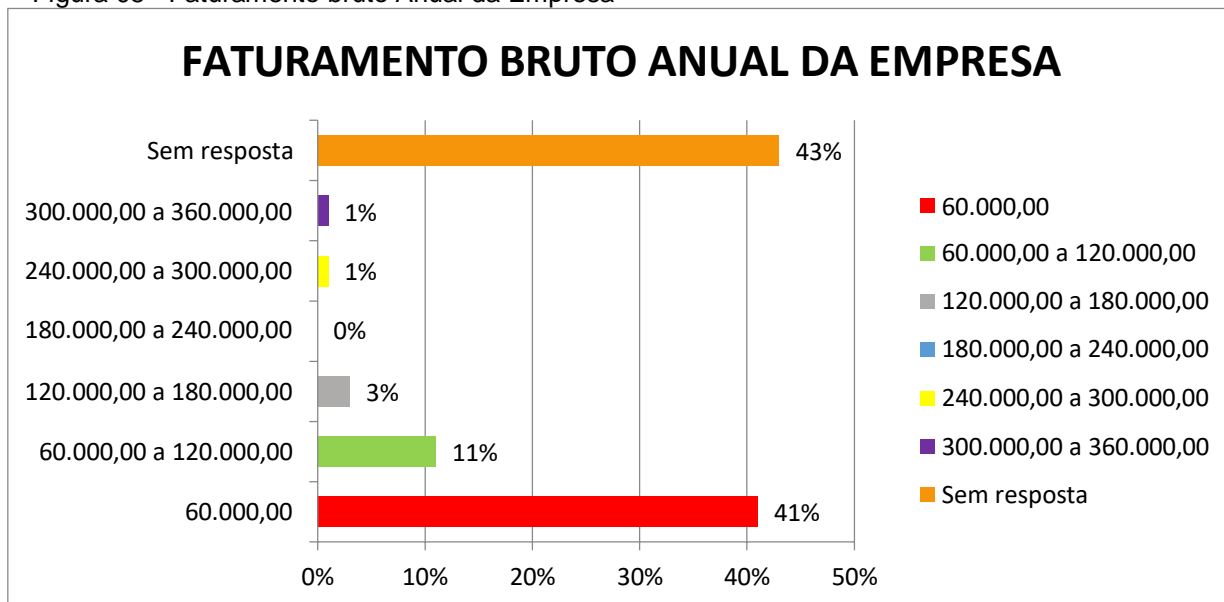
Fonte: Autores

Observando a Figura, constata-se que grande parte dos empregados mantidos nas micro e pequenas empresas como geradoras de empregos: 5% empregam de 11 a 15 funcionários, 13% de 6 a 10, 68 % de 1 a 5 e 14 % entrevistados falaram que não têm funcionários, pois eles mesmos atendem os clientes.

As micro e pequenas empresas são reconhecidas por sua contribuição ao nível de empregabilidade do país. Apesar de poucos funcionários em cada uma

delas 68% (a maioria possui de 1 a 05 funcionários), o que proporciona geração de emprego e distribuição de renda da cidade de São Mateus.

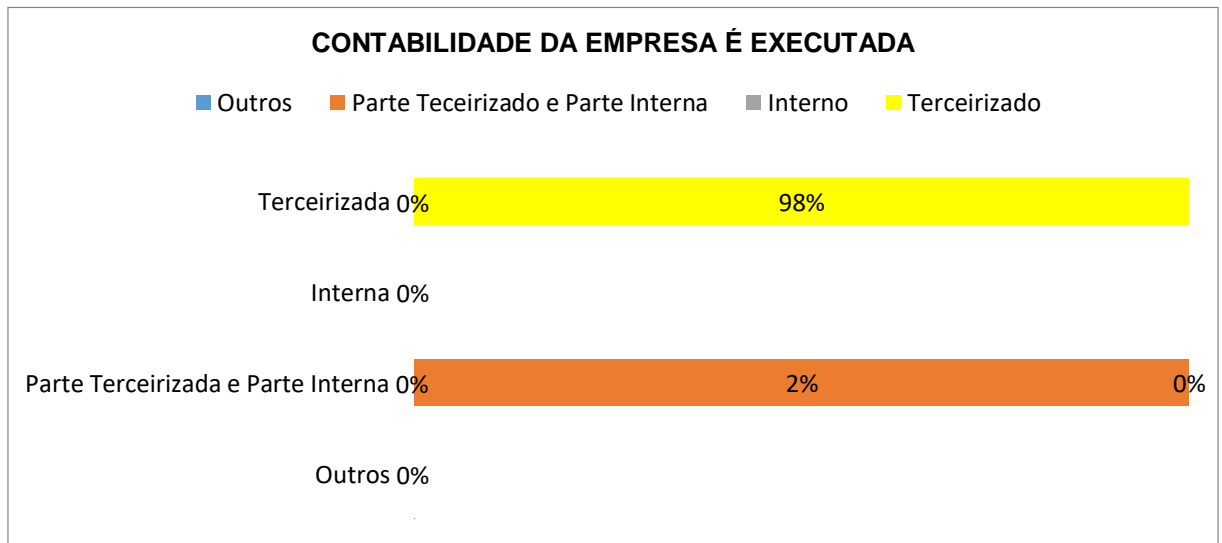
Figura 05 - Faturamento bruto Anual da Empresa



Fonte: Autores

Esta parte da pesquisa mostra que 41% das empresas têm um faturamento de 60.000,00, 11% dos entrevistados tem o faturamento de 60.000,00 a 120.000,00, 3% tem faturamento de 120.000,00 a 180.000,00, 1% tem o faturamento na faixa etária 240.000,00 a 360.000,00 e 43 dos entrevistados ficaram sem resposta. Podemos observar pelos dados da pesquisa, 43 % dos participantes não sabiam quanto faturavam durante o ano. A análise do Figura possibilita a conclusão que esses gestores estão desatualizados, pois não acompanharam os relatórios gerenciais dentro da empresa não tem a mínima ideia que o faturamento é total do que se arrecada em uma empresa ao longo de um período que pode ser um dia, um mês ou um ano.

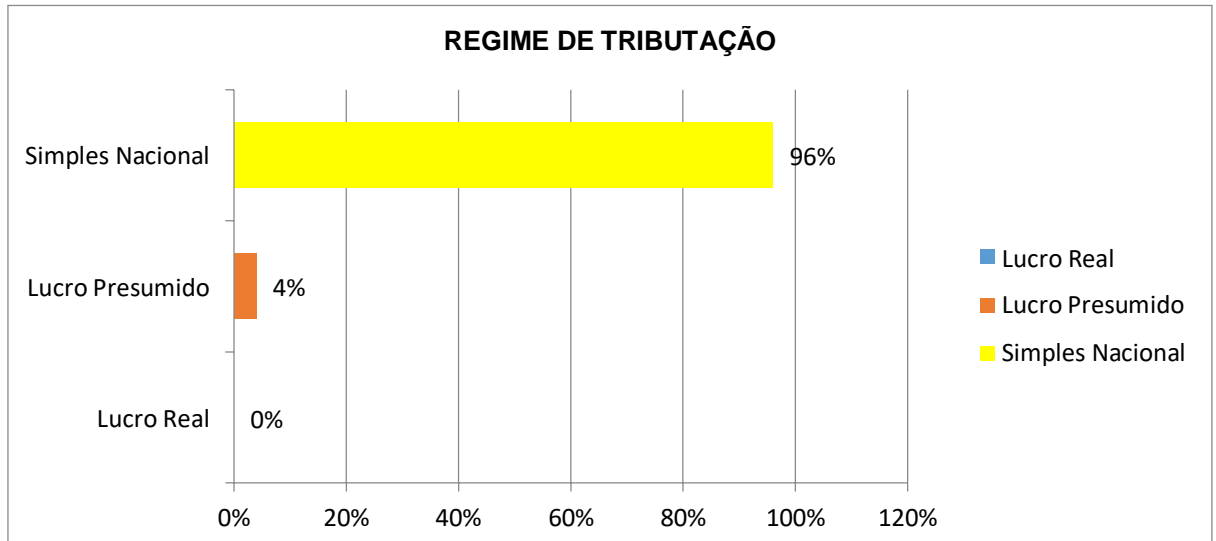
Figura 06 – Contabilidade da Empresa é executada



Fonte: Autores

O objetivo da questão era saber como a contabilidade das empresas é executada. Observou-se que 98% das contabilidades é terceirizada e 2% das contabilidades são executadas internamente.

Figura 07 - Regime de Tributação

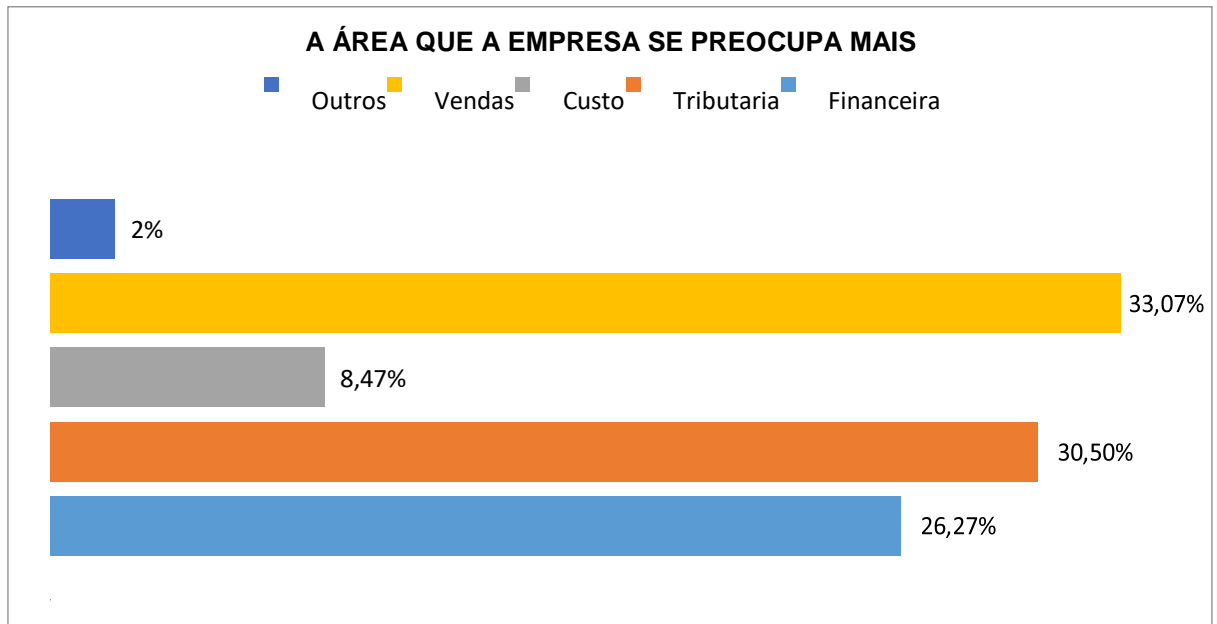


Fonte: Autores

A Figura 07 apresenta que para 96 % dos entrevistados MPEs são regime de tributação do simples Nacional é 4% responderam que é lucro presumido.

Podemos analisar que maioria MPEs optarão pelo regime tributário Simples Nacional é uma forma de tributação que unifica e facilita o pagamento dos impostos, trazendo como principal vantagem a diminuição da carga tributária.

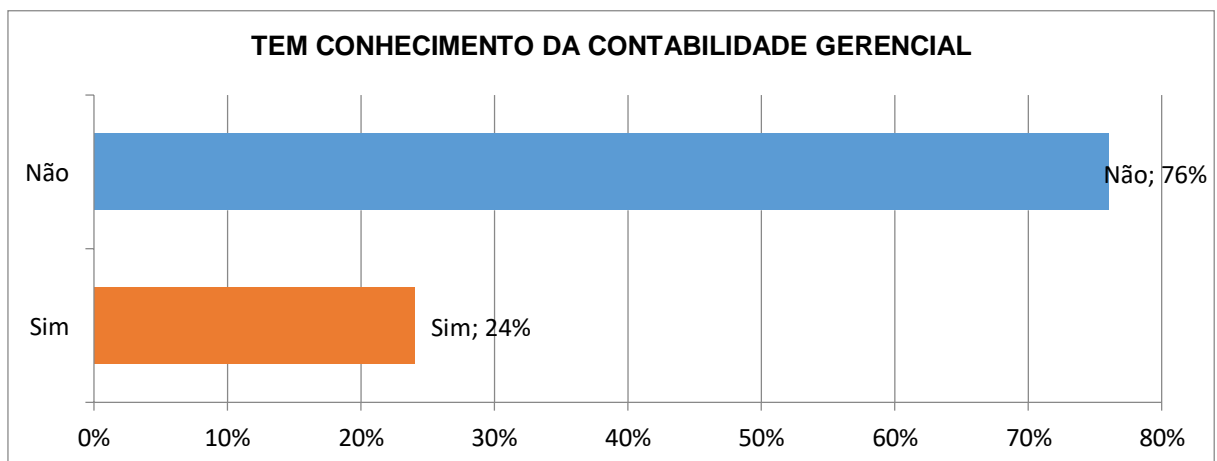
Figura 8 - A área que a empresa se preocupa mais



Fonte: Autores

Na Figura 8, o objetivo foi obter a opinião do ponto de vista dos entrevistados qual área que a empresa se preocupa, mais. O índice demonstra que para 26,27% dos entrevistados, a área que preocupa mais dentro da empresa é a área financeira; 30,50 % responderam que é a tributária; 8,47% são o custo; 33,07% são a vendas, enquanto 2% são outras coisas. Portanto, fica evidenciado através das respostas do questionário, que todos os entrevistados que a maior preocupação dos empresários são as vendas porque a remuneração costuma ser muito mais elevada para os cargos de administração, sem as vendas, os empresários não obterão lucros.

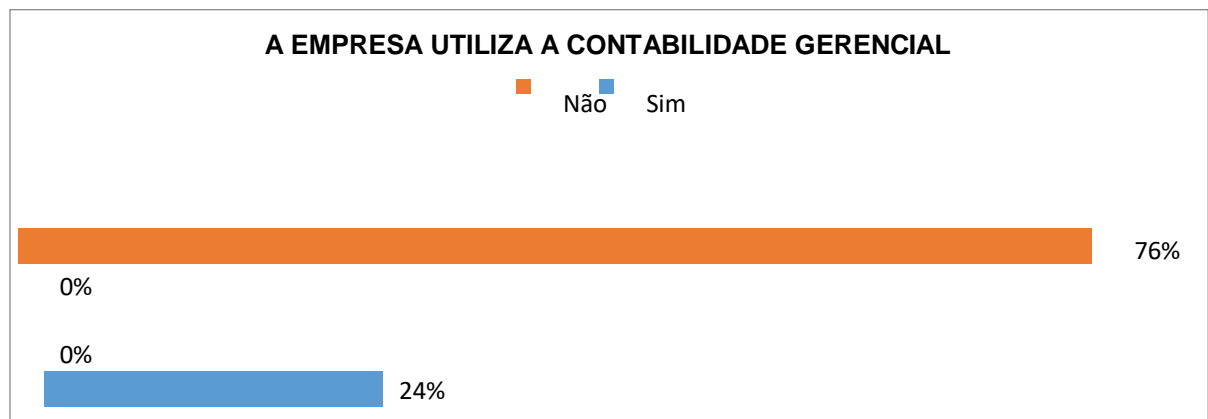
Figura 9 - Tem Conhecimento da Contabilidade gerencial



Fonte: Autores

A pesquisa demonstrou que 76% não tem conhecimento da contabilidade gerencial e 24% dos entrevistados conhecem a contabilidade gerencial. Considerando a importância das MPE's para a economia do país, podemos analisar que 76% não têm conhecimento da Contabilidade Gerencial que é essencial, pois o uso de suas ferramentas objetiva acabar com suas fragilidades, cujas maiores causas são a falta de recursos financeiros e a má administração.

Figura 10- A empresa utiliza a Contabilidade Gerencial

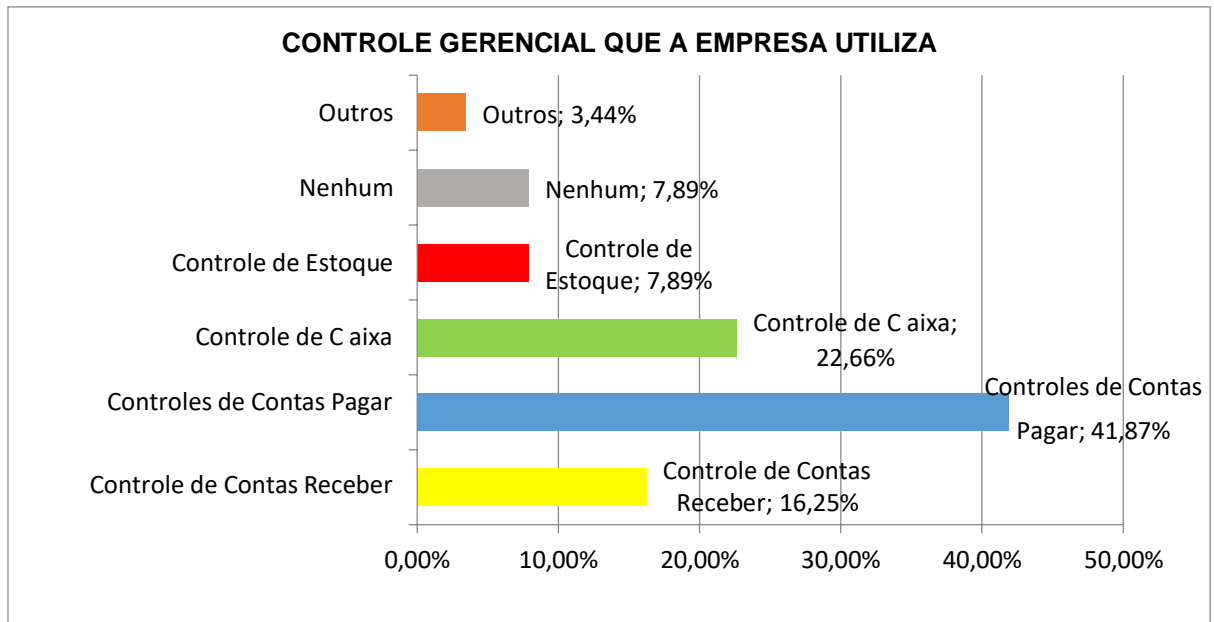


Fonte: Autores

Neste item da pesquisa são apresentadas as respostas apresentadas pelos gestores quando questionados sobre a empresa utiliza a contabilidade gerencial, das 10 empresas participantes 76% afirmaram que não utiliza a contabilidade gerencia e 24% falaram que sim.

A pesquisa demonstra que as empresas, de uma forma geral, 76% MPE's não utilizam a contabilidade gerencial com informação que são fornecidas para auxiliar o processo de tomada de decisão, procurando obter melhores resultados e aumentando a sobrevivência no mercado, além de ajudar nos controles internos, ampliando a visão dos empreendedores sobre sua organização. Cabe, porém, ao gestor a decisão de utilizar ou não a Contabilidade Gerencial, mas principalmente, cabe ao profissional contábil, conhecedor dos benefícios dessa ciência introduzi-la na empresa.

Figura 11 - Controle Gerencial Que a Empresa Utiliza.

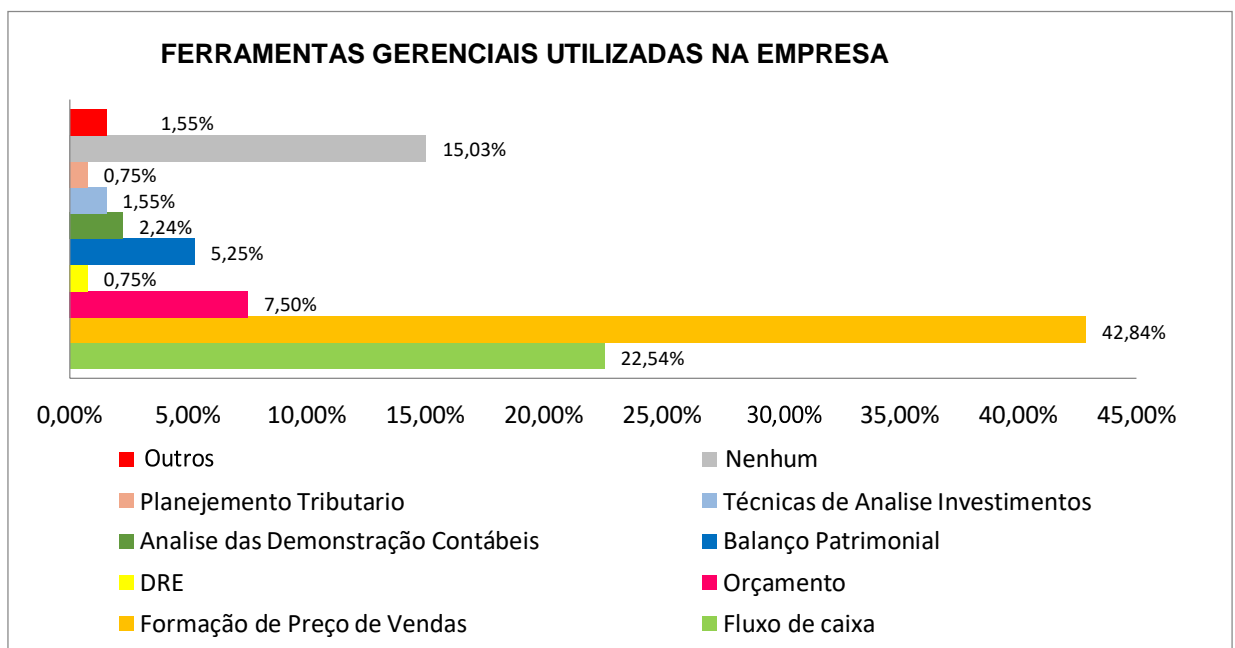


Fonte: Autores

O foco desta questão foram os controles relatórios gerenciais que cada empresa utiliza. Os dados do Figura revelam que 16% são de controle de contas receber, 42% de controles de contas pagar, 23% controle de caixa, 8% controle de estoque, 8% responderão nenhuns controles 3% responderão outros.

Percebemos neste tópico que um percentual de gestores utiliza mais controles de contas a pagar qualquer tipo desse controle contábil são de importância para a gestão das empresas.

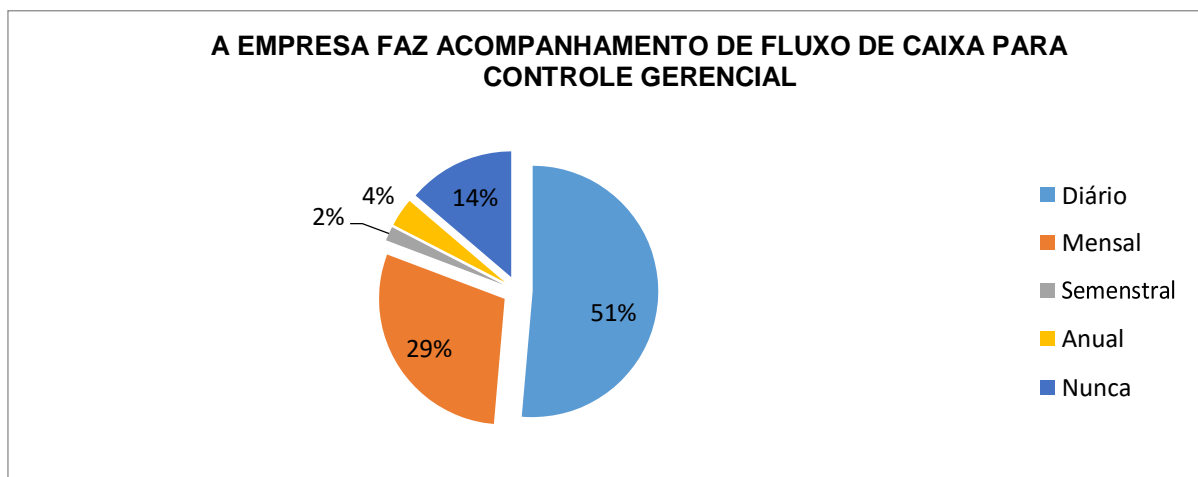
Figura 12 - Ferramentas Gerenciais Utilizadas na empresa



Fonte: Autores

Nesta figura, sobre as ferramentas gerenciais utilizadas nas micro e pequenas empresa, observou-se que 22,54% utilizam a ferramenta de fluxo de caixa, 42,84% na formação de preço de vendas 7,50% de orçamento empresarial, 0,75% DRE, 5,25% balanço patrimonial, 2,24% análise das demonstrações contábeis ,1,55% técnicas de análise de investimentos ,0,75% no planejamento tributário ,15,03% nenhum, 1,55% outros. Destaca-se aqui que a função das ferramentas gerenciais é poder a vir possibilitar à administração através de um melhor processo de gerenciamento empresarial evitando que a mesma venha a tomar decisões que venham a comprometer o futuro da organização.

Figura 13 - A Empresa Faz Acompanhamento de Fluxo de caixa Para o Controle Gerencial

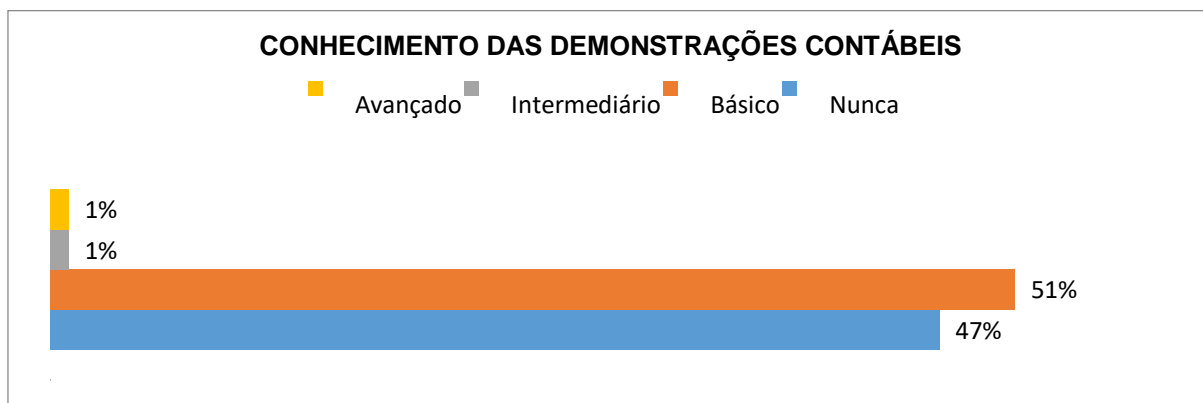


Fonte: Autores

Conforme o Figura 13, percebe-se que 51% acompanham fluxo de caixa diário, 29% mensal, 2% semestral, 4% solicitam informações apenas anualmente e 14% dos entrevistados nunca acompanharam o fluxo de caixa para o controle gerencial.

Analisando essas informações obtidas entre os 100 entrevistados das micros e pequenas empresas que 51% não faz acompanhamento de fluxo de caixa que é uma ferramenta importante aos administradores para a tomada de decisões.

Figura 14 - Conhecimento das Demonstrações Contábeis



Fonte: Autores

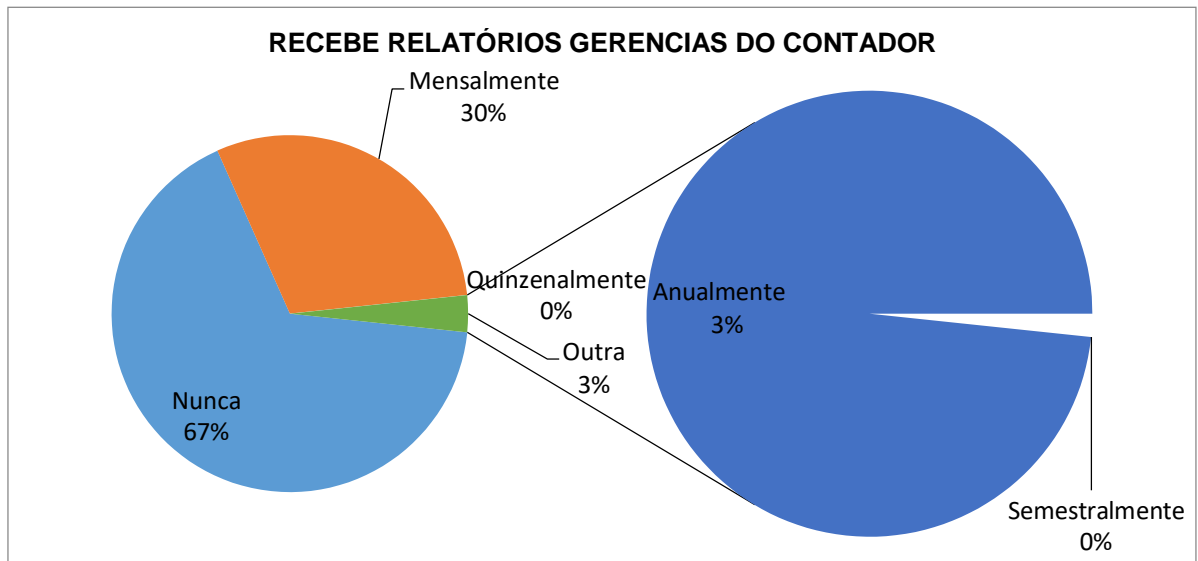
Nesta questão, o objetivo foi verificar que cada empresa tem conhecimento das demonstrações contábeis, ou seja, das suas informações econômicas e financeiras, uma vez que essas análises possuem importante papel gerencial. Verificou-se que 47% dos entrevistados nunca tiveram conhecimento das demonstrações contábeis, 51% só conheciam o básico, 1% respondeu intermediário e 1% avançado.

Através do conhecimento das demonstrações contábeis que se tornam possíveis de analisar os índices econômicos e os índices financeiros que serão de grande utilidade na administração da empresa, em especial nas micro e pequenas empresas. Observa-se que são poucos que têm conhecimento básico, mas não praticam.

Quanto à frequência de receber relatórios gerenciais entre o contador e administrador, a intenção da questão foi destacar qual a periodicidade da relação entre eles.

Conforme a Figura 15 percebe-se que 67% informaram que nunca receberam nenhum tipo de relatório gerencial do seu contador, 27% recebem relatório mensalmente e 13% recebem anualmente.

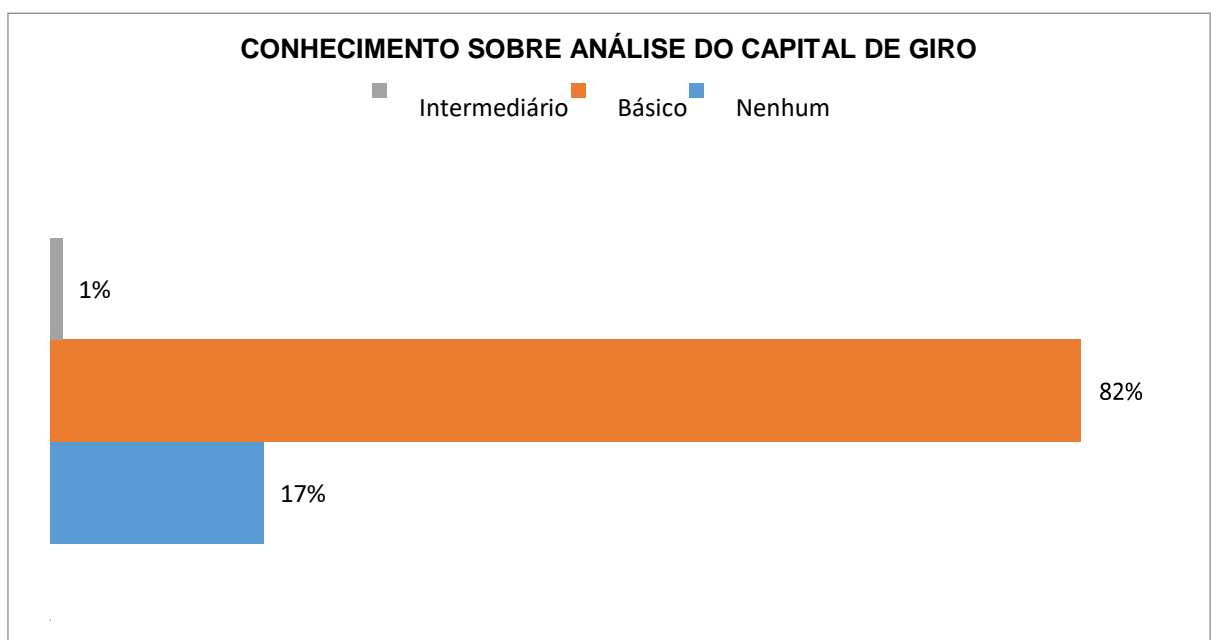
Figura 15 - Recebe Relatórios Gerenciais do Contador



Fonte: Autores

Verifica-se a questão neste tópico um percentual 67% de gestores que não recebem qualquer tipo de relatório contábil do seu contador, mostrando uma relevância do contador gerencial é definido como um profissional que identifica, mede, acumula, analisa, prepara, interpreta e relata informações financeiras e operacionais para o uso da administração da empresa. Este profissional deve estar em constante formação e buscando ampliar seus conhecimentos e buscar desenvolvimentos de técnicas que atendam às necessidades da empresa.

Figura 16 - Conhecimento Sobre Análise do Capital de Giro

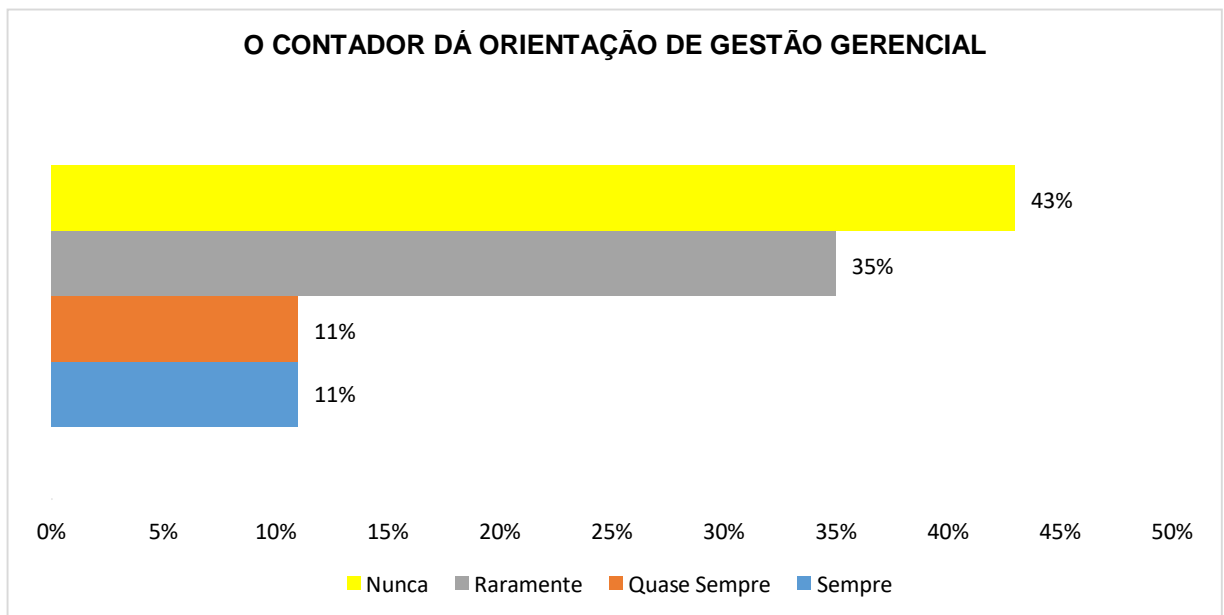


Fonte: Autores

Buscando verificar que o conhecimento sobre análise do capital de giro das empresas, foi questionado, conforme apresentado no Figura18, Apenas 17% disseram que não têm nenhum conhecimento propostos, 82% dos entrevistados têm conhecimento sobre análise do capital de giro, 1% usa o Intermediário.

Percebe-se através da pesquisa que 82 % dos gestores entrevistados na maioria das vezes têm um conhecimento básico da análise do capital de giro. Essa falta de conhecimento das micro e pequenas empresas (MPEs) têm dificultado as operações caracterizando-se como desafios-extras a micro e pequenos empresários que necessitam gerenciar as entradas e as saídas de seus recursos financeiros. O conhecimento do capital de giro baseia-se em métodos que permitem avaliar e conhecer a situação econômica empresarial, visando a sua sobrevivência no mercado.

Figura 17 - O Contador fornece Orientação de Gestão Gerencial



Fonte: Autores

Em relação ao contador dando orientação de gerencial dentro da empresa, constatou-se que 11 % dão orientação; 11% quase sempre, 35% raramente o contador dá orientação e 43 % dos entrevistados falaram que nunca deram orientação de gestão da empresa.

Podemos observar através da pesquisa que 43 % encontram-se insatisfeitos do contador na orientação de gestão gerencial, dessa forma a figura do contador é importante para micro e pequenas empresas, pois ele vai procurar introduzir a contabilidade com uma ferramenta gerencial permitindo o melhor acompanhamento das operações da empresa e de seus resultados, em todo nível de mercado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As respostas aos questionamentos realizados em relação às micro e pequenas empresas na região indicaram, em maioria, o desconhecimento atrelado às ações sem planejamento contábil.

Constatou-se também que grande parte dos proprietários atua como gestores de suas micro e pequenas empresas e que não possuem um conhecimento básico sobre capital de giro, o que os dificulta controlar entradas e saídas e que pode os levar à finalização da empresa.

Outro fator agravante é que os contadores dessas empresas, em maioria, nunca oportunizaram orientação às empresas de gestão gerencial. Dessa maneira, isso se torna cada vez mais desconhecido dentro das empresas, sendo que poderia muito lhes ajudar em seus direcionamentos, planejamentos e tomada de decisões.

Percebeu-se que a escrituração contábil se configura como um meio de organização do trabalho do contador pode parecer algo complicado ou ações que demandam tempo, mas este será benéfico posteriormente, pois a partir de suas anotações, registros o profissional da área de contabilidade se organiza e planeja suas ações no tempo e prazo determinados.

O principal papel da contabilidade não é apenas cuidar dos tributos da empresa comercial, mas também gerenciar os dados contábeis da empresa fazendo com que se tornem úteis às demais atividades, tanto no âmbito interno (controle, informações, viés para ações) quanto para as externas (informações bancárias, ações do governo, e outros interesses públicos).

Avalia-se que o Brasil pode se desenvolver bem mais se alcançar dois grandes desafios. O primeiro é completar o ajuste macroeconômico e o segundo é melhorar o ambiente de negócios por meio das reformas microeconômicas.

Muitos investimentos são realizados e as oportunidades de crescimento das empresas podem oscilar, pois de certa forma investir num mundo e num mercado tão competitivo é um risco.

Quando as empresas ganham o país também tem suas vantagens; quando perde, na mesma proporção.

A era das reformas macroeconômicas, de acordo com as leituras, já existiu em todo o mundo, a inflação foi contida, de certa forma, restou a microeconomia,

que conforme ele tende a facilitar a vida dos que a desejam.

Essa alavancada dos pequenos investidores e empreendedores/microempresários vêm modificando a economia local, gerando renda e empregos e, automaticamente, beneficia a macroeconomia. Entretanto, esta ocorre em nível nacional, de maneira geral. Se for tomado por base o município pesquisado, a partir de suas micros e pequenas empresas, pode-se afirmar que seus proprietários não estão sabendo ao certo que direção tomar, pois sua gestão contábil está atuando de maneira ineficaz e isso irá comprometê-las no futuro, já que não buscam um profissional da área contábil para lhes auxiliar; sendo, o contador, quem melhor e adequadamente o oriente como deveria. Essa ausência de gerenciamento pode, certamente, contribuir para que as micro e pequenas empresas pesquisadas corram o sério risco de “fechar as portas”.

Portanto, reafirma-se a relevância da aplicabilidade da contabilidade gerencial em micro e pequenas empresas do município de São Mateus-ES, de maneira a torná-las organizadas, mas principalmente mantê-las vivas e atuantes no mercado empresarial local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 8º Ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- ATKINSON, Anthony A et al. **Contabilidade Gerencial**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- ATKISTON, A. A. et al. **Contabilidade gerencial**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- BRAGA, Roberto. Análise avançada do capital de giro. **Cad. estud.** n. 3. São Paulo Sept. 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-92511991000100003>. Acesso em 10 de nov. 2020.
- BRUNI, Adriano Leal. **A Análise Contábil e Financeira**. Ed. Atlas, 2011;
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.
- CHÉR, Rogério. **A gerencia das pequenas e médias empresas**: o que saber para administrá-las, 2ed. rev. e ampl. São Paulo: Maltese, 1991.
- CHIZZOTTI, A. **A Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial**: teoria e pratica. São Paulo: Atlas, 1998.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial**: Teoria e Prática. 3ed. 3. reimpri. – São Paulo: Atlas, 2006.
- FABRETTI, Láudio Camargo. **Prática tributária da micro, pequena e média empresa**, São Paulo: Atlas, 2003.
- FERRONATO, Airto João. **A micro e pequena empresa – desafios, sobrevivência e prosperidade**: uma busca de soluções integradas. Fundação Getúlio Vargas. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa Curso de Mestrado Executivo em Gestão de Empresas. Rio de Janeiro/RJ, 2009. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11008/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Airto%20Ferronato1.pdf>> Acesso em 02 de nov. 2020.
- FILHO, E. da Silva. **Guia turístico de São Mateus**. 4ºed. São Mateus-ES: Edal – editora atlântico. 2001, 33p: 07-17.
- FREZATTI, F.; GUERREIRO, R.; AGUIAR, A. B.; GOUVÊA, M. A. **Análise do relacionamento entre a contabilidade gerencial e o processo de planejamento das organizações brasileiras**. Revista de Administração Contemporânea, p. 11, 2007.

GARRISON, R. H.; NOREEN, E. W.; BREWER, P. C. **Contabilidade gerencial**. 11. ed. Tradução: Antonio Zoratto Sanvicente. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2010.

GOUVEA, Natália. CARVALHO, Cleginaldo Pereira de. **Planejamento organizacional**: a linha tênue entre o sucesso e o fracasso. Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Guaratinguetá – FACEAG, UNIESP - União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo, 2017. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170411124527.pdf> Acesso em 23 de out. 2020.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária**: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. et al. **Contabilidade introdutória**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2000

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos e FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da contabilidade**: para o nível de graduação. 5. ed. 2. reimpri. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBECK, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das sociedades por ações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

JIAMBALVO, Jim. **Contabilidade gerencial**. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

MACHADO, Luíza. SILVEIRA, Jaqueline. **Demonstração do fluxo de caixa e o orçamento de caixa como ferramentas de apoio à tomada de decisão**. Faculdade Dom Alberto, 2017. Disponível em: <<https://domalberto.edu.br/wp-content/uploads/sites/4/2017/10/DEMONSTRA%C3%87%C3%83O-DO-FLUXO-DE-CAIXA-E-O-OR%C3%87AMENTO-DE-CAIX.pdf>> Acesso em 02 de nov. 2020

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, S.V. **Recuperação de Matas Ciliares**. Viçosa – MG. Editora Aprenda Fácil. 2001, 43p.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**: abordagem gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MESQUITA Pedro Antonio Pompeu Sá de. **Ciclo financeiro das empresas de varejo listadas na bolsa de valores de São Paulo durante o exercício de 2017**: evidências

da sazonalidade com enfoque nas demonstrações trimestrais. Universidade Federal do Rio de Janeiro Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Departamento de Contabilidade, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em:

<<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/5537/1/PAPSMESQUITA.pdf>.> Acesso em 29 de out. 2020.

NARDOTO, E.O. **História de São Mateus**. São Mateus - ES. 1ª edição EDAL – Editora Atlântica Ltda. 1999, p. 159-170.

OLIVEIRA, Marilisa Montoani de. **Contabilidade gerencial: a aplicação na gestão de microempresas e empresas de pequeno porte**. 2005. 71f. Monografia. Universidade de Taubaté. 2005.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

PRATES, Gláucia Aparecida; OSPINA, Marco Túlio. Tecnologia da informação em pequenas empresas: fatores de êxito, restrições e benefícios. **Rev. adm. contemp.** vol.8 no.2 Curitiba Apr./June 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552004000200002. Acesso em 10 de out. 2020.

SANTIAGO, M. F. **O efeito da tributação no planejamento financeiro das empresas prestadoras de serviços: um estudo de caso de desenvolvimento regional**. 2006. 139f. Dissertação de Mestrado – Universidade de Taubaté, 2006.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. São Paulo: DP&A, 1999.

SANTOS, Cristiane Aparecida Alves dos et al. FLUXO DE CAIXA. *Universitári@ - Revista Científica do Unisalesiano* – Lins – SP, ano 1., n.1, jan/jun de 2010. Disponível em: <http://www.salesianolins.br/universitaria/docs/modeloArtigo.pdf>. Acesso em 15 de nov. 2020.

SEBRAE. **Pesquisa dos fatores condicionantes e taxas de sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil 2003-2005**. Brasília, 2007.

_____. **Micro e pequenas empresas**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/14/08/13>. Acesso em: 20 jul. 2019.

SENADO FEDERAL. **Constituição da República Federativa do Brasil – art. 179**. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102408.12/09/13>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SILVA, D. S. **Manual de procedimentos contábeis para micro e pequenas empresas**. 5.ed. Brasília: SEBRAE, 2002.

VERGARA Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Estamos realizando uma pesquisa para identificar os principais fatores que explicam a importância da contabilidade gerencial na microempresa de vestuário do município de São Mateus-ES. Essa pesquisa é parte fundamental do curso de graduação para obtenção do título de bacharel no curso de Ciências Contábeis da Faculdade Vale do Cricaré, gostaríamos de contar com a sua colaboração. Será resguardado o sigilo da empresa e as respostas não serão analisadas individualmente, mas tratadas em conjunto.

Neste trabalho não será divulgado nenhum dado que possa comprometer a integridade fiscal, comercial ou financeira da empresa, pois no mesmo não será divulgado o nome da empresa, nem de nenhum sócio, zelando pela privacidade dos mesmos.

Pedimos que responda com atenção as perguntas, pois suas informações serão muito importantes para o sucesso da pesquisa.

1. Qual a função que você desempenha dentro da empresa?

- () proprietário
- () gerente
- () vendedor
- () outros

2. Qual é o porte da empresa?

- () Micro empresa
- () Empresa de pequena porte

3. Há quanto tempo a empresa atua nesta área ou ramo?

- () Ha menos de 1 ano
- () Entre 1 e 5 anos
- () Entre 6 a 10 anos
- () Ha mais de 10 anos

4. Quantos funcionários a sua empresa possui atualmente?

- nenhum
- de 1 a 5
- 6 a 10
- acima de 10

5. Qual o nível de faturamento bruto anual da sua empresa em R\$?

- Até 60.000,00
- De 60.000,00 a 120.000,00
- De 120.000,00 a 180.000,00
- De 180.000,00 a 240.000,00
- De 240.000,00 a 300.000,00
- De 300.000,00 a 360.000,00
- sem resposta

6. A contabilidade da empresa é executada de qual forma?

- Terceirizada
- Interna
- Parte terceirizada e parte Interna
- Outros.

7. Qual é o regime de tributação?

- lucro real
- lucro presumido
- simples nacional

8. Com que área a empresa se preocupa mais?

- financeira (contas a pagar e receber)
- tributaria (impostos)
- custos (cálculo e controle)
- vendas
- outros

9. Tem conhecimento do que é contabilidade gerencial?

- sim
- não

10. A sua empresa utiliza a contabilidade gerencial como ferramenta de apoio a gestão?

- sim
- não

11. Quais desses controles gerenciais a empresa utiliza?

- Controle de contas a receber Controle de contas a Pagar
 Controle de caixa Outros
 controle de estoque nenhum

12. Quais das seguintes ferramentas gerencial são mais utilizados pela empresa no seu gerenciamento?

- Formação de Preço de Venda Orçamento
 DRE Balanço Patrimonial
 análise das demonstração contábeis Fluxo de caixa
 técnicas de análise de investimentos planejamento tributário
 Nenhum Outros

13. A empresa faz acompanhamento de fluxo de caixa (previsão de receitas e despesas) para o controle gerencial?

- diário
 mensal
 semestral
 Anual
 Nunca

14. Você possui conhecimento sobre as demonstrações contábeis para tomada de decisões?

- nunca
 básico
 intermediário
 avançado

15. Você recebe relatórios gerenciais do seu contador que são claros objetivos e relevantes para tomada de decisões?

- Nunca Mensalmente
 Quinzenalmente Semestralmente
 Anualmente

16. Você possui conhecimentos sobre análise do capital de giro?

- Nenhum
- Básico
- Intermediário

17. O contador fornece orientação sobre assuntos acerca de gestão gerencial da empresa?

- Sempre
- Quase sempre
- Raramente
- Nunca